

I Congresso Brasileiro

PSICOLOGIA:

Ciência e Profissão

Psicólogo, participe do encontro de toda Psicologia Brasileira



O I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão já é o maior evento da Psicologia Brasileira, alcançando a marca de 7.000 participantes, sendo propostos 2.551 painéis e 437 mesas-redondas/simpósios*. Estar no Congresso é construir a história da Psicologia no Brasil.

DATA

De 01 a 05 de setembro de 2002

LOCAL

Universidade de São Paulo/USP
Cidade Universitária

Maiores informações no www.pol.org.br ;
no www.apsi.org.br ou no fone 0800 770-6605

* Propostas sujeitas a avaliação



Atenção!

Realize o pagamento da inscrição apenas através do boleto bancário, pois ele será o comprovante a ser apresentado no evento.

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 132 • abril | junho 2002

Circulação humana

Novas perspectivas, antigos desafios



02 Editorial

Cartas

Orientação

Conheça o Manual de Elaboração de Documentos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas

04 Questões Éticas

O CRP SP em defesa da sociedade e da Psicologia

Conversando com o psicólogo

As principais dúvidas sobre o registro de especialistas

06 Formação

A polêmica em torno do Exame Nacional de Cursos

Opinião

O sociólogo Sérgio Adorno discorre sobre a violência urbana

09 Políticas Públicas

Como as instituições filantrópicas estão atuando na área da Saúde?

Seção Aberta

A Psicologia repensa as formas de intervenção na circulação humana das grandes cidades

Um mundo melhor é possível

A campanha "Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer"

14 Nuestra América Latina

A Psicologia latina unida contra as mazelas do continente

Ciência e Profissão

Congresso é o maior evento da Psicologia brasileira. Confira!

16 Livros

O trágico quadro das atrocidades cometidas em hospitais psiquiátricos no Brasil é o tema do livro organizado pelo CFP

Mural

Novos programas "Diversidade" e a participação do CRP SP no 4º Coned

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi *Jornal de Psicologia CRP SP* é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidente | Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Élcio dos Santos Sequeira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Jorge Broide; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rachel Contrucci Alvim; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Eliana Aparecida Moura Silveira; Elisa Zanerato Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Marilda Castelar; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

Edição e textos Cristiano Tsonis (MTB 30748)

Revisão de textos Cláudia Padovani

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto | Patrícia Gimeno | Cláudia Gil | Diógenes

Impressão Gráfica Benfica

Tiragem 48.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Países avançados vivem num círculo de riqueza. Além desses, há um grupo que vive uma espécie de lusco-fusco econômico, e um maior número de países vive nas trevas econômicas. Para o mundo viver em paz, é preciso que o círculo de luz seja expandido”

Nelson Mandela

“Esse é um ideal pelo qual espero viver e também alcançar. Mas, se necessário for, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer”

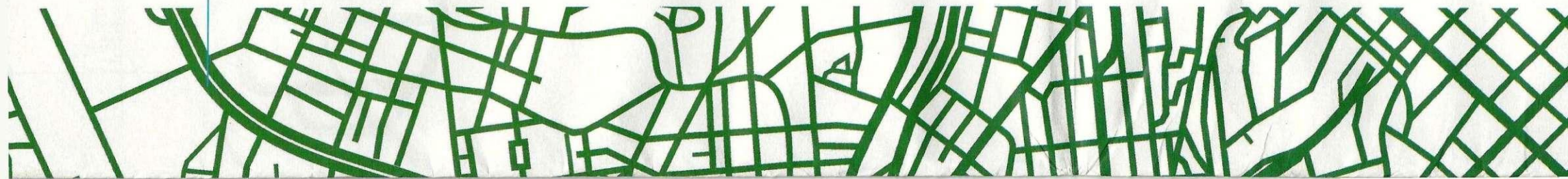
Idem, sobre a luta contra o preconceito

“Não deixa de ser esquizofrênico que carros potentes capazes de alcançar mais de 200 km por hora e puxados por outros tantos cavalos de força não possam ultrapassar 10 Km ou 12 km no trânsito da cidade”

Paulo Sandroni, economista e professor da PUC-SP e da FGV-SP, “Jornal da Tarde”, 14/02/2001

“A corrupção é intrínseca às nossas sociedades. É a licença que é dada pelo poder mundial a nossos governantes, em troca de permitirem a introdução intensiva e monopólica de suas mercadorias e a instalação de seu sistema perverso de comércio. O primeiro é chamado de ‘investimento’ e o segundo, de ‘globalização’”

Federico Andahazi, escritor e psicanalista argentino, sobre os governos latino-americanos. “Folha de S. Paulo”, 20/02/2001



Construindo o futuro da Psicologia no Brasil

Em 2002, estamos comemorando 40 anos de profissão no Brasil. Em 27 de agosto de 1962, foi promulgada a Lei 4.119 que regulamentou a profissão de Psicólogo no Brasil. Pode-se avaliar e analisar essa história por vários ângulos e aspectos. Um deles é a contribuição que os Conselhos, órgãos criados a partir da existência da profissão para regulamentar, fiscalizar e orientar seu exercício, têm dado à história da Psicologia no Brasil.

Hoje, os Conselhos atuam com a clareza de que são órgãos a serviço da sociedade e que sua contribuição se reverte em história - história da profissão no Brasil. Dessa clareza política, os Conselhos tiraram seu princípio de atuação. União de esforços: essa é a diretriz fundamental de atuação dos Conselhos de Psicologia.

Fazer avançar a Psicologia no Brasil significa romper com métodos que buscam garantir a hegemonia de idéias e a hege-

monia de determinadas abordagens ou perspectivas epistemológicas na Psicologia. Fazer avançar significa buscar reunir a diversidade da Psicologia em espaços que sejam propícios ao debate e à construção de um projeto de futuro para a Psicologia: um futuro de compromisso com as necessidades da maioria da população.

Os Conselhos têm utilizado, como procedimento para a aprovação de novas resoluções para o exercício da profissão, a ampliação das discussões, por meio da promoção de fóruns, como o da avaliação psicológica, das práticas alternativas, de ética; ou ainda a promoção de seminários como o de circulação humana e o de Psicologia e informática. Debates têm sido realizados como forma de fundamentar decisões. Debates nos quais se apresentam as diferentes perspectivas, como foi o processo de construção da resolução aprovada sobre a prática da acupuntura,

como recurso complementar na atividade do psicólogo.

Estar junto, buscando construir de forma parceira o futuro: isso nos levou ao I e ao II Fórum Social Mundial; isso nos levará ao III.

O I Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência e Profissão também tem essa marca. Reunirá toda a Psicologia brasileira na busca do diálogo; reunirá toda a Psicologia para construir o futuro. São 7.000 pessoas inscritas até o momento; são quase 3.000 trabalhos entre painéis, conferências, mesas e simpósios. São 15 entidades, de âmbito nacional, envolvidas em sua organização e realização. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem orgulho de ser o braço executor desse evento.

Unir, reunir, dialogar e construir são verbos que expressam nossos planos de contribuir com a construção do futuro da Psicologia no Brasil.

Cartas

Querem calar-me

✦ Sou autor do livro "Canto dos Malditos" que originou o filme "Bicho de Sete Cabeças". O Filme mais premiado da cinematografia brasileira de todos os tempos. Com 36 prêmios nacionais e 8 prêmios internacionais. Superando o "Pagador de Promessas", que detinha o título com 16 prêmios. Agora estou respondendo a três processos, por denunciar os desleixos profissionais e os crimes praticados dentro dos Hospitais Psiquiátricos Brasileiros até os dias de hoje. Em 1998 movi a primeira Ação Indenizatória por Erro-Médico Psiquiátrico na história forense brasileira. De vítima virei réu. Fui condenado a pagar aos meus TORTURADORES e donos de hospícios R\$ 60.000,00. No dia 11 de Abril de 2002, estarei respondendo a outro processo na 5ª Vara Cível de Curitiba às 14:30 horas. Nesse processo querem casar meu direito de livre expressão. Cada vez que eu falar na imprensa falada, escrita, televisiva e se eu publicar algo mencionando o nome da Federação Espírita do Paraná, dona do Hospital Espírita Psiquiátrico

Bom Retiro, e do médico psiquiatra Alexandre Secsh, diretor clínico do Bom Retiro e um dos meus torturadores, querem R\$ 5.000,00 por dia. Eles querem me calar a todo o custo. Mas isso não vão conseguir. Gostaria de contar com a colaboração e cobertura de vocês neste episódio que é inédito no Brasil. É a primeira vez que um ex-louco ou louco ainda enfrenta esse cartel criminoso da psiquiatria no Brasil. "QUEM FOI TORTURADO NUNCA ESQUECE" frase de Rodolfo Konder, torturado junto com o jornalista Herzog. Saudações Antimanicomiais.

Austregésilo Carrano Bueno,
cantodosmalditos@yahoo.com.br

O Sistema Conselho tem denunciado sistematicamente os crimes e atrocidades cometidas no interior dos hospitais psiquiátricos brasileiros. Além disso, o CRP SP - como integrante do Fórum da Luta Antimanicomial - tem lutado pela reforma psiquiátrica e pela desospitalização dos usuários de saúde men-

tal. A luta de Austregésilo Carrano Bueno, em denunciar tais atos por meio de sua experiência pessoal, tem sido de extrema importância para a causa. O jornal "Psi" sempre aborda essa temática, sendo que nesse número, na página 16, estamos publicando uma resenha sobre o livro "A Instituição Sinistra - Mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil", editado pelo CFP.

Jornal "Psi"

✦ No início do mês, recolhi do lixo perto da minha casa o "Psi Jornal" nº 131 e venho ruminando seu conteúdo, que me ajuda a ver melhor as coisas ao meu redor, como por exemplo: "A Psicologia e a construção de um mundo mais justo", "A Psicologia na crise da Argentina", "A seção aberta, que trata da violência contra a mulher", enfim todos os artigos tratados nesta edição são ótimos e atuais.

Maria Aparecida dos Anjos, São Paulo, SP (por carta)

Avaliação Psicológica: Manual surgiu das necessidades dos psicólogos

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da resolução CFP nº 30/2001, instituiu o Manual de Elaboração de Documentos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas com a finalidade de subsidiar os profissionais na produção qualificada desses documentos. O Manual foi construído a partir de demandas colocadas pela sociedade em geral e de psicólogos, atendendo a questões observadas no cotidiano dos Conselhos. Tem como objetivo estabelecer um quadro de referências para qualificar os documentos produzidos, muito mais que padronizá-los. Segundo a Comissão de Ética do CRP SP, 70% das queixas apresentadas ao Conselho são provenientes de questionamentos sobre a qualidade das avaliações psicológicas.

O Manual foi produzido a partir de discussão ampla e democrática com toda a categoria, concretizada pela realização do primeiro Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, em dezembro de 2000. Os delegados que participaram desse evento nacional, coordenado pelo Conselho Federal de Psicologia, foram eleitos nos Fóruns Regionais, organizados em cada CRP. Os Fóruns são órgãos consultivos, criados pela autarquia para discutir temas de maior relevância para o exercício profissional. Eles são consultivos na medida em que os psicólogos, ao colocarem suas teses em jogo e explicitarem suas reflexões sobre o tema, qualificam e interferem diretamente na construção de políticas.

A Avaliação Psicológica foi também um tema presente nas discussões do IV Congresso Nacional de Psicologia, realizado em maio de 2001. A partir dessas deliberações, a APAF - Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras - deu encaminhamento a propostas surgidas durante o Fórum, sendo uma delas a produção desse Manual.

Há alguns anos, os Conselhos vêm promovendo discussão aprofundada sobre a Avaliação Psicológica. O Fórum Nacional de Avaliação Psicológica foi a coroação de uma série de ações desenvolvidas, dentre as quais se destaca a produção da série de vídeos "Laudos Psicológicos" (veja quadro abaixo). Nessas discussões, tanto preocupações relacionadas a aspectos formais, epistemológicos e científicos quanto o cuidado com aspectos éticos e, principalmente, com implicações sociais decorrentes da avaliação psicológica e do uso dos documentos provenientes dessa prática profissional têm merecido análise cuidadosa e qualificada.

O Manual passo a passo

O Manual é o resultado de uma consulta feita aos psicólogos. As necessidades e as dúvidas dos profissionais que atuam na área foram divididas em cinco categorias. A seguir, publicamos um roteiro resumido do Manual.

Princípios Norteadores da Elaboração Documental

O Manual começa com uma orientação sobre a forma de redação dos documentos, alertando para a clareza e a qualidade da comunicação. "O documento deve, na expressão escrita, apresentar uma redação bem estruturada e definida, ou seja, expressar o pensamento, o que se quer comunicar."

Nesse item, observam-se ainda princípios éticos e técnicos. "Na elaboração de DOCUMENTO, o psicólogo baseará suas informações na observância dos princípios e dispositivos do código de Ética Profissional do Psicólogo, atentando para o alcance das informações, identificando riscos e compromissos em relação à utilização dos dados presentes nos documentos em sua dimensão de relações de poder, com destaque no caráter sigiloso do documento." Os principais apontamentos referem-se à relação entre o cuidado com a linguagem quanto à clareza de exposição e quanto aos limites e os cuidados éticos quanto às informações conquistadas sob a situação especial determinada pelo vínculo com o sujeito da avaliação.

Modalidades de Documentos e Conceito/Finalidade/Estrutura/Modelos

Nesse item, o psicólogo encontra as modalidades de documentos decorrentes de avaliação psicológica. As modalidades são: atestado psicológico, declaração, relatório psicológico, parecer psicológico e laudo psicológico. Cada modalidade é detalhada por meio de seu conceito, de sua finalidade e de sua estrutura, além de expor modelo ilustrativo. Muitas vezes ocorre certa confusão sobre que documento produzir e quando. O Manual indica a modalidade a ser utilizada de acordo com quem solicita e com o objetivo do documento.

Validade dos documentos

A validade desses documentos deve levar em consideração a legislação vigente nos casos já definidos. Se não houver nenhuma definição legal, o psicólogo deve indicar o prazo em função das características avaliadas e das informações obtidas. É importante esclarecer que a avaliação psicológica não é perene. A subjetividade é também determinada pelo contexto em que emerge e é construída. Assim, a avaliação psicológica tem caráter situacional e temporal. Na produção do Manual optou-se por não se definir a validade de cada um desses documentos.

Guarda dos documentos e condições de guarda

Os documentos de uma avaliação psicológica são de responsabilidade do psi-

cólogo, devendo ser guardados por um período de cinco (5) anos. Diante do caráter sigiloso do material, o psicólogo deve seguir procedimentos determinados pelo Código de Ética e reafirmados pelo Manual, quanto ao encaminhamento e guarda de documentos. "Atingido esse prazo, o psicólogo ou a instituição responsável pela guarda deverá destruir o material de forma a não permitir a quebra do sigilo das informações nele contidas.(...) O psicólogo responsável pelo documento escrito decorrente da avaliação psicológica deverá estar atento ao artigo 24 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, garantido, assim, o sigilo profissional." Outro ponto de extrema importância é que o sujeito da avaliação psicológica tem direito a um acesso irrestrito às informações provenientes da avaliação •

Laudos Psicológicos

Série de debates que discutiu os problemas e os limites éticos que o psicólogo enfrenta na área da avaliação psicológica. Realização conjunta com o CRP, com a Assoc. Bras. de Psicologia Jurídica e com a Assoc. Bras. de Psicologia Escolar e Educacional. O custo da fita é de R\$ 10,00 (mais R\$ 2,00 de custos de Correio cada). Para adquiri-las, ligue para (11) 3061-9494, ramal 121.

Avaliação Psicológica na Psicologia do Trânsito

Avaliação Psicológica de Crianças Abrigadas e Jovens Privados de Liberdade

Laudo Pericial Civil e Criminal - Limites Éticos

Laudos Psicológicos - Fontes Indiretas de Informação sobre o Sujeito

Laudos Psicológicos - Usos e Abusos no Processo Educacional

Atenção!

A íntegra do Manual está disponível nos sites www.pol.org.br ou www.crpsp.org.br.

Maiores esclarecimentos no tel. (11) 3061 9494, ramal 141.

Denúncias devem seguir procedimentos formais



Representações relacionadas a situações em que cidadãos se sintam prejudicados por um profissional de Psicologia chegam constantemente ao CRP SP. Essas solicitações vão desde queixas sobre um mau atendimento por parte da atendente de um consultório até denúncias graves de conduta profissional.

O Centro de Orientação - principal porta de entrada dessas demandas - tem a função de realizar uma triagem, encaminhando para a Comissão de Ética apenas as queixas que configurarem uma denúncia formal e esclarecendo outras que são entendidas apenas como dúvidas do usuário do serviço psicológico. "O objeto da queixa tem ser a relação entre o psicólogo e seu atendido (sujeito ou instituição) e não as outras características administrativas do serviço psicológico, mas infelizmente as coisas não se separam tão claramente. Assim, as representações que não são consideradas denúncias formais, que às vezes aparecem como reclamações relacionadas aos direitos do consumidor, devem ser atendidas também", comenta Rachel Alvim, presidente da Comissão de Ética do CRP SP.

O artigo 17 do Código de Processamento Disciplinar explicita os requisitos para que uma representação seja considerada uma denúncia formal (ver quadro abaixo). Se a queixa contiver conteúdos que descrevem a situação que causa o prejuízo ao sujeito e a identificação da pessoa, então ela é uma denúncia. Eventualmente, pode-se encaminhar alguns documentos ou uma descrição do que seria uma prova. Segundo a Comissão de Ética, a representação que não apresenta tais características, acaba gerando certa dúvida quando o desejável é a maior clareza possível do objeto da queixa. A presidente da Comissão de Ética do CRP SP destaca que a exigência de que uma denúncia formal deva ser assinada faz com que, em algumas ocasiões, as pessoas não tenham coragem de fazê-la, por não quererem se expor. É importante destacar que existe a garantia de que essa denúncia é um documento que vai ser dado ao conhecimento, pelo Conselho, única e exclusivamente, do psicólogo contra o qual se coloca a denúncia. O processo é, portanto, sigiloso durante sua tramitação e conforme a eventual penalidade. ●

Capítulo I

Dos Atos Preliminares

Art. 17 - A representação, como disposto no artigo 2º deste Código, deverá ser apresentada diretamente ao presidente do respectivo Conselho, mediante documento escrito e assinado pelo representante, contendo:

- nome e qualificação do representante;
- nome e qualificação do representado;
- descrição circunstanciada do fato;
- toda prova documental que possa servir à apuração do fato e de sua autoria;
- indicação dos meios de prova de que pretende o representante se valer para provar o alegado.

Parágrafo Único - A falta dos elementos descritos nas letras "d" e "e" do parágrafo anterior não é impeditiva ao recebimento da representação.

Defesa da sociedade é prioridade para o Conselho

Quando o CRP SP dá encaminhamento a uma denúncia contra um psicólogo, automaticamente surgem questionamentos sobre o papel corporativista que um Conselho profissional deveria ter aos olhos da categoria. Segundo Elisa Zanerato Rosa, membro da Comissão de Ética do CRP SP, o Conselho, por intermédio das suas várias instâncias, não está a serviço de cada psicólogo. Ele está a serviço da sociedade, à qual a categoria de psicólogos deve prestar bons serviços. Cabe ao Conselho dar as linhas mestras, por meio das suas resoluções; e cabe ao psicólogo o conhecimento dos preceitos éticos e a reflexão sobre eles. Tenta-se, por meio do Conselho, informar ao público o que é um serviço de qualidade no setor psicológico. Vale destacar ainda que "as regras colocadas pelo CRP não são totalmente fechadas, elas colocam direcionamentos éticos. Cabe ao psicólogo, naquilo que se entende por ética, que é a capacidade reflexiva sobre a norma e sua responsabilização, decidir o que fazer naquele espaço e dentro daqueles limites", comenta Brônia Liebesny, psicóloga, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e ex-integrante da Comissão de Ética do CRP SP.

O Código de Ética atualizou-se, juntamente com a profissão, dentro de uma linha de defesa e de garantia do bem-estar

da sociedade. Myriam Augusto da Silva Vilarinho e Maria Cristina Pellini, professoras de Ética Profissional da Universidade São Marcos, elaboraram o painél "Código de Ética do Psicólogo - Histórico das mudanças e atualizações", em evento realizado no CRP SP, que resgata todo esse processo evolutivo. O primeiro Código de Ética, instaurado pela resolução CFP nº 8/75 de 02 de fevereiro de 1975, era baseado em um código elaborado pela Associação Brasileira de Psicólogos. "Em 1975, havia menos de cinco mil psicólogos no Brasil. O trabalho do psicólogo era concebido como marcadamente individual, clínico curativo e de consultório particular", conta Myriam Vilarinho.

Um novo código foi aprovado em 03 de agosto de 1979, por meio da resolução CFP nº 029/79. "Quando atingimos 20 mil psicólogos no país, já com uma outra realidade profissional, com as mudanças tecnológicas e sociais, com a expansão do conhecimento e o crescimento demográfico, verificou-se a necessidade de uma revisão do código. Esse foi um código de transição, no qual já se percebia uma maior preocupação com a transparência profissional perante o cliente e com a qualidade dos serviços oferecidos", destaca. Quando a profissão completou 25 anos de regula-

ção, o CFP aprovou o terceiro Código de Ética - resolução CFP nº 002/87, de 27 de agosto de 1987. "As transformações foram mais extensas e profundas. Já nos 'Princípios Fundamentais', estão colocadas as responsabilidades do profissional pelo desenvolvimento de uma análise crítica da realidade política e social. O psicólogo deve se perguntar: a quem estou servindo? Ele tornou o psicólogo responsável pelo desenvolvimento da Psicologia como ciência e definiu o seu compromisso social", arremata Myriam Vilarinho.

A análise da evolução histórica do Código de Ética do Psicólogo mostra uma mudança no entendimento das atribuições dos Conselhos de Psicologia. A visão corporativista, presente no primeiro código estabelecido, foi sendo superada por uma concepção ética centrada nas implicações sociais da atuação profissional do psicólogo. ●

Informe-se!

Centro de Orientação CRP SP

Site: www.crpsp.org.br

E-mail: orientacao@crpsp.org.br

Fone: (11) 3061-9494 ramal 141



Tire as suas dúvidas sobre o registro de especialistas

A lei 5.766, de 20/12/1971 - que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia - já previa a inscrição no CRP em duas modalidades: psicólogo e psicólogo especialista. No entanto, somente a primeira foi regulamentada à época. A resolução CFP nº14/00, que instituiu o título de especialistas para a Psicologia, veio para responder a essa demanda, regulamentando essa modalidade de registro. "Há uns quatro anos, começou a acontecer uma cobrança por parte dos psicólogos que iam se tornando especializados pelo direito de obterem o título de especialista. Ele só poderia fazer isso se o Conselho Federal de Psicologia regulamentasse o registro. Esse é um direito que os psicólogos têm, uma contribuição à sociedade e um dever dos Conselhos", comenta Ana Bock, presidente do CRP SP.

Trinta anos após a promulgação da lei 5.766, indaga-se sobre os motivos para essa regulamentação não ter sido feita anteriormente. O primeiro ponto é que não se tinha a diversidade de especializações que se têm atualmente. Além disso, elas não tinham se instituído, formalmente, na sociedade e não encontravam espaço nas universidades. Hoje em dia, essas especialidades estão nos currículos das universidades e os psicólogos estão organizados nas entidades. A resolução foi, portanto, um ganho para a sociedade, que agora pode reconhecer dentro da Psicologia áreas específicas que respondem a demandas específicas. Abaixo, relacionamos algumas dúvidas frequentes com relação ao assunto:

Obrigatoriedade?

Solicitar o título de especialista não é obrigatório. No entanto, os psicólogos que têm alguma especialidade e querem utilizar o título, colocando-o em cartão de apresentação ou em material de publicidade, necessitam solicitá-lo junto ao Conselho.

Quem pode obter o título?

Qualquer psicólogo que tenha algum nível de especialização e pelo menos dois anos de registro no Conselho Regional de Psicologia.

Como se comprova essa especialização?

Até o dia 17 de dezembro de 2001, o título foi concedido para quem tinha cinco (5) anos de experiência profissional em uma especialidade determinada.

Essa modalidade não é mais possível. Atualmente, existem duas maneiras de se obter o título de especialistas: apresentação de certificados de conclusão de cursos de especialização, desde que o curso esteja dentro das regras estabelecidas pelo CFP e credenciado junto a essa entidade; por meio do concurso de provas e títulos, que acontecerá todo ano. Tanto em um caso como no outro, os psicólogos devem

Jurídica
Psicopedagogia
Escolar/Educacional
Trânsito
Organizacional e do Trabalho
Esporte
Clínica
Psicomotricidade
Hospitalar

ter registro no CRP há pelo menos dois anos. Os psicólogos devem ficar atentos aos informes do CRP SP, pois em 2002 irá acontecer o primeiro concurso.

Como saber se os cursos de especialização são credenciados?

Os psicólogos precisam estar atentos ao se matricularem em um curso de especialização. Eles têm o direito de perguntar, no próprio curso ou por intermédio do Conselho, se o mesmo é credenciado. O site do CFP e do CRP veicularão essa informação.

Quais são as especialidades regulamentadas?

Escolar/Educacional; Organizacional e do Trabalho; Trânsito; Jurídica; Esporte; Clínica; Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade.

Quais os motivos para o atraso na devolutiva dos registros por parte do CRP SP?

A ampla adesão gerou um grande número de pedidos para o registro de especialistas (6 mil solicitações apenas em dezembro de 2001), o que está ocasionando um atraso na devolução dos títulos. O profissional que fez a solicitação dentro do prazo estabelecido deve ficar tranquilo, pois o CRP SP está envidando todos os esforços para que os pedidos sejam devolvidos no menor tempo possível. Caso algum profissional necessite de uma declaração de que seu pedido está em tramitação, o CRP SP poderá fornecer.

Maiores informações

Para esclarecer outras dúvidas, entre em contato com o setor de atendimento do CRP SP, das 9h00 às 20h00, no fone (11) 3061-9494, ramal 110. ●

Fique atento! Emitida nova resolução sobre especialistas

No último dia 24 de maio, o CFP emitiu a resolução nº 003/2002, estabelecendo a necessidade da inclusão na declaração do empregador - documento obrigatório, no caso de psicólogos com vínculos empregatícios, para a comprovação da experiência profissional na especialidade pleiteada do seguinte item: "Atividade de supervisão na especialidade requerida e o período dessa atividade, ratificada pelo responsável direto pelo curso e acompanhada do programa da disciplina de estágio, no caso dos psicólogos que comprovarão a experiência profissional por meio da supervisão de estágio em cursos regulares de graduação e pós-graduação em Psicologia". Isso significa que, caso o psicólogo tenha exercido a função de supervisão na área solicitada, tal período poderá ser considerado para a obtenção do título de especialista. Para os psicólogos que se enquadrarem nessa situação, o prazo para requerer a concessão do título profissional de especialista ou para complementar os documentos é de 90 dias a contar da publicação da resolução. A íntegra da resolução poderá ser acessada nos sites www.pol.org.br e www.crp.org.br.

Envie sua dúvida!

"Conversando com o psicólogo" é uma das novas seções do PSI. Esse espaço pretende esclarecer os questionamentos que o psicólogo tem com relação ao funcionamento da autarquia e da relação que a mesma desenvolve com o profissional. Participe mandando seu e-mail para jornal@crpsp.org.br ou um fax para o número (11) 3061 0306.



Provão: uma proposta reducionista de avaliação

O Exame Nacional de Cursos, instaurado pela lei 9.131/95, tem a finalidade de avaliar a qualidade dos cursos de graduação em todo o país, por meio da aplicação de uma prova para alunos que estejam cursando o último ano de faculdade. O Conselho Federal de Psicologia tem manifestado uma postura crítica e de oposição a essa avaliação, nos moldes como tem sido realizada, inclusive para os cursos de Psicologia. “Essa posição vem de um debate realizado com várias entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Entendemos que não é uma prova pontual, por mais que se tente aperfeiçoá-la, que vai dar conta de avaliar todo o processo educacional de um curso que forma um profissional. Essa prova é uma medida pouco reveladora do que efetivamente acontece na formação e que não leva em conta a diversidade que os cursos têm e as diferentes realidades das instituições. Nesse sentido somos contrários ao provão”, alerta Maria da Graça Marchina Gonçalves, conselheira do CRP SP e diretora da faculdade de Psicologia da PUC-SP.

O “provão” começou a ser aplicado, em 1996, para os cursos de graduação de Administração, Direito e Engenharia Civil. A avaliação tem o poder de, conforme os resultados, impedir a continuidade do cursos que obtiverem conceitos “E” (a escala vai de “A” a “E”) por três anos consecutivos. Os cursos de graduação em Psicologia começaram a ser avaliados no ano de 2000, sendo que o terceiro exame foi realizado em 09 de junho de 2002. “O primeiro ‘provão’ para a Psicologia apresentou muitos problemas, em algumas questões bastava ter certo bom senso para acertar. No segundo, as questões foram melhor elaboradas, pegando aspectos mais característicos da Psicologia. Contudo, atingiu em alguns casos um alto nível de sofisticação. Qual o objetivo de perguntar sobre um aspecto específico de uma teoria que não é uma das mais discutidas?”, relembra Graça Gonçalves.

A posição da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), instituição que também pertence ao Fórum de Entidades Nacionais, não é diferente. “A política do provão aparece no bojo de toda uma mudança da política educacional brasileira que tem como base o neoliberalismo. A ABEP não é contra a avaliação. O que questionamos é



essa política de avaliação, que deixa sempre algo velado em torno da questão da privatização. O provão não veio escancarar a fragilidade da universidade para melhorá-la, mas para dizer que isso é possível com a privatização”, completa Maria das Graças Vitor, presidente da ABEP. Mesmo defendendo essa oposição, o CFP entendeu ser importante participar do processo que definiu as diretrizes do provão. “O CFP trabalhou junto às universidades para levantar e indicar nomes que achávamos competentes para a formação da primeira Comissão de Avaliação”, completa Graça Gonçalves.

As restrições feitas ao Exame Nacional de Cursos não são feitas ao ato de avaliar os cursos, mas com relação ao modo como isso está acontecendo. “É importante que se tenha um sistema para avaliar a qualidade dos cursos, mas achamos que não é o provão que vai fazer isso. Esse exame tem funcionado muito mais como *marketing* das escolas e da política educacional do Governo, tentando transmitir à opinião pública a idéia de que, por meio de ações como essa, está cuidando da qualidade do ensino. Devemos pensar um sistema de avaliação no qual se tenha espaço para a reflexão. Além disso, qualquer forma de avaliação deve incorporar todos os agentes do processo e não avaliar apenas o resultado final”, continua Graça Gonçalves.

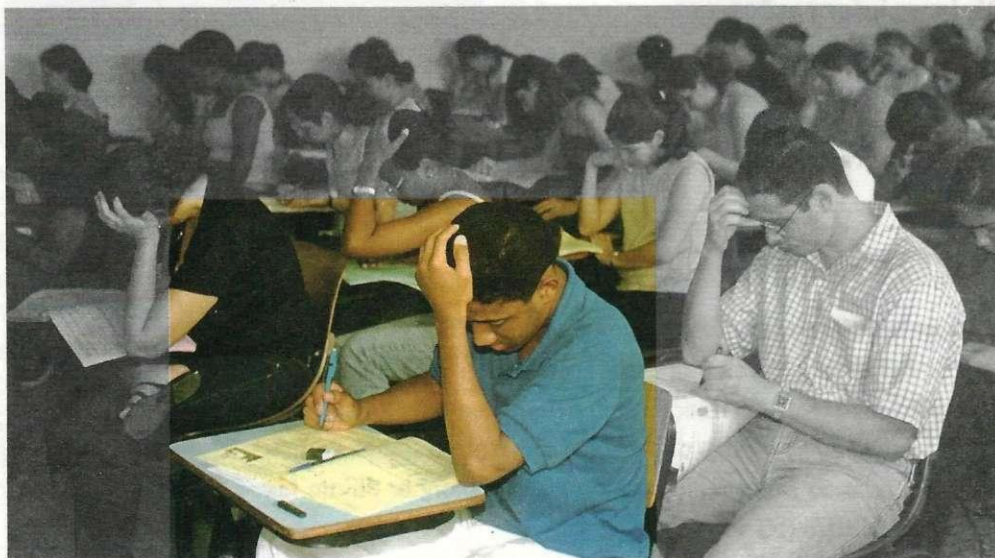
A diversidade existente nos cursos de graduação em Psicologia é um dos motivos para esses questionamentos. “É óbvio que, por um lado, deve haver alguns parâmetros mínimos para a formação de qualquer psicólogo, pois existe uma base que define a profissão e a área científica. Por outro lado, existem muitas diversidades dentro da Psicologia. Diver-

sidades impostas pelas demandas regionais que existem e a que as escolas deveriam estar preocupadas em atender”, alerta Graça Gonçalves. “Esse tipo de avaliação é muito numérico e frio, ele parte de uma generalidade que não é viável. Perde-se a questão da diversidade da Psicologia e a especificidade regional”, completa Maria das Graças Vitor. Outro ponto é que a imposição de uma avaliação rígida pode inibir o surgimento de novos conhecimentos. “Existe um movimento desejável nos cursos, que segue no sentido de inovar, de questionar o que está posto, de criar novas teorias e práticas. Quando você formaliza a avaliação, corre-se o risco de favorecer o que está estabelecido, pois é muito difícil que essa avaliação dê conta da inovação.”, continua Graça Gonçalves.

Apesar de todas as críticas, percebe-se um movimento das escolas no sentido de se qualificar. “Mal ou bem, as piores escolas têm de se cuidar, porque o exame é uma realidade. Por outro lado, também se criou a possibilidade de artimanhas para escapar da avaliação. Começamos a ter conhecimento de uma série de mecanismos para burlar a avaliação. Por exemplo: premiar os alunos que vão melhor no provão; não mandar a relação dos alunos que têm notas ruins para que eles não façam o exame naquele ano; realização de cursinhos preparatórios para o provão dentro do curso”, arremata Graça. ●

Exame foi alvo de Seminário

Nos dias 19 e 20 de março, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - autarquia responsável pela aplicação do Exame Nacional de Cursos - realizou o 1º Seminário Nacional de Avaliação do Provão. O evento contou com a participação de coordenadores de cursos de Psicologia de todo o Brasil, além das seguintes instituições: INEP; ABEP; ANPEPP; CFP; SPB. “Foi uma reunião para aperfeiçoar o provão, contando com a colaboração das escolas. Não estava em questão o sistema de avaliação. As críticas eram aproveitadas como uma reflexão para melhorar o exame. Nada que abalasse a lógica do provão. Além disso, foi também uma avaliação de quanto as escolas estão introjetando essa mentalidade de avaliação”, relembra Graça Gonçalves, que representou o CRP SP no Seminário.



Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea¹

1. Contexto

Desde meados da década de 1970, vem-se exacerbando, no Brasil, o sentimento de medo e insegurança. Não parece infundado esse sentimento. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam, a partir dessa década, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Crescem mais rápido os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os seqüestros, os estupros. Esse crescimento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinqüência.

Recente estudo sobre as tendências do homicídio, para o país em seu conjunto, constatou que: a) o número de homicídios causados por armas de fogo vem crescendo desde 1979; b) esse número cresce mais que a população. No Distrito Federal, em 1980, a taxa de homicídios era de 13,7 por cem mil habitantes; em 1991, isto é, onze anos após, saltou para 36,3. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o crescimento dos homicídios foi da ordem de 31,21% no período de 1991-96, segundo dados do Ministério da Saúde. No município do Rio de Janeiro, cresceram os homicídios dolosos, entre 1985 (33,35 registros/cem mil habitantes) e 1989 (59,16 registros/cem mil habitantes). No município de São Paulo, os homicídios evoluíram de 48,69 registros/cem mil habitantes, em 1991, para 55,77 registros/cem mil habitantes, em 1996, na Região Metropolitana (www.saude.sp.gov.br).

Em todo o país, o alvo preferencial dessas mortes são adolescentes e jovens adultos masculinos das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada nos estudos sobre mortalidade por causas externas (violentas). Na Região Metropolitana de São Paulo, registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana, onde as condições sociais de vida são acentuadamente degradadas.

É provável que parte significativa dessas mortes se deva aos conflitos entre quadrilhas, associados ou não ao tráfico de drogas². A esse quadro, conviria agregar graves violações de direitos humanos, entre as quais as mortes praticadas por policiais em confronto com civis, suspeitos de haver cometido crimes, como também aquelas cometidas por justiceiros e grupos de extermínio. Ademais, ao longo das décadas de 1980 e 1990, observou-se intensificação de casos de linchamentos em todo o Brasil, particularmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e em Salvador (Pinheiro; Adorno; Cardia e col. 1999. In www.nev.prp.usp.br).

Finalmente, têm-se as mortes violentas provocadas por tensões nas relações inter-

subjetivas e que pouco têm em comum com a criminalidade cotidiana. Trata-se de um infundável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. São os conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que freqüentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes.

As políticas públicas de segurança, justiça e penitenciárias não têm contido o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. A despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis.

Ao que tudo indica, o crescimento dos delitos não foi acompanhado de uma elevação proporcional do número de inquéritos e processos penais instaurados. Suspeita-se que o número percentual de condenações vem caindo desde a década de 1980 e, por conseqüência, aumentando as taxas de réus isentos da aplicação de sanções penais³. No município do Rio de Janeiro, no ano de 1992, apurou-se que 92% dos inquéritos policiais instaurados para apurar responsabilidade em crimes de morte não chegam a ser convertidos em processos penais. Cerca de 98,28% dos casos de assassinatos de crianças e adolescentes investigados no município de S. Paulo, no ano de 1991, permaneceram isentos da aplicação de sanções penais.

Essa queda das principais atividades judiciárias se reflete na outra ponta do sistema de justiça criminal - as prisões. O número total de presos, no país, no ano de 1995, foi de 148.760, ou seja, 95,47 presos/cem mil habitantes, um coeficiente baixo quando comparado com o coeficiente de outras sociedades. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse coeficiente, no mesmo período, foi da ordem de 411 pre-

sos/
cem mil
habitantes⁴.

No Estado do Rio de Janeiro, enquanto o crescimento da criminalidade, entre 1977 e 1986, foi da ordem de 50%, a taxa de aprisionamento (população prisional/cem mil habitantes) cresceu 27,4%. No entanto, pressões da opinião pública contribuíram para que esse cenário fosse alterado na década de 1990, fazendo com que as taxas de encarceramento revelassem crescimento, agravando a superpopulação das prisões.

Presentemente, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo tem, sob sua responsabilidade, 107 estabelecimentos penitenciários. A população carcerária, em março de 2002, compreendia 98.405 presos, dos quais 66.799 alocados no sistema penitenciário, sob encargo da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), e 31.606 nas cadeias públicas e distritos policiais, sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (www.mj.gov.br/depen). Nunca é demais lembrar que parte substantiva de presos já condenados, sob a tutela do sistema policial, deveria em verdade se encontrar sob a tutela do sistema penitenciário. Esse cenário permite uma visão das tensões que se acumulam no tempo e que vêm gerando rebeliões com maior freqüência, desde a década passada.

Não é estranho que desde o início dos anos 80, em várias capitais brasileiras, aumentaram os motins e as rebeliões de presos em cadeias públicas, distritos policiais, casas de detenção e penitenciárias. Alguns desses eventos foram controlados e vítimas poupadas. Em outros, sobretudo naqueles estabelecimentos que concentravam grande número de presos, os resultados foram quase sempre deploráveis,



resultaram em mortos e feridos dentre os presos ou agentes do sistema penitenciário, além da destruição do patrimônio público. Em todo o país, essas intervenções vêm se sucedendo com relativa constância desde 1985.

No domínio das prisões, esses fatos são indicativos de uma crise há tempos instalada no sistema de

Justiça criminal. Todas as imagens de degradação e de desumanização, de

debilitamento de uma vida cívica conduzida segundo princípios éticos reconhecidos e legítimos, parecem se concentrar em torno dessas "estufas de modificar pessoas e comportamentos". As prisões revelavam a face cruel de toda essa história: os limites que se colocam na sociedade brasileira à implementação de uma política de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, nela incluído o respeito às regras mínimas estipuladas pela ONU para tratamento de presos.

2. Explicações

Desde a década passada, o impacto desse problema vem estimulando o desenvolvimento de pesquisas no domínio das ciências sociais. Grosso modo, pode-se agrupar os esforços de explicação em três direções:

a) *mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência*. Em particular, nos últimos cinqüenta anos, assiste-se a uma aceleração de mudanças, jamais conhecida e experimentada anteriormente: novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação, distribuição e utilização da força de trabalho com repercussões consideráveis nas formas tradicionais de associação e representação sindicais; transbordamento das fronteiras do Estado-nação, promovendo acentuado deslocamento nas relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados, o que repercute na natureza dos conflitos sociais e políticos e nas formas de sua resolução (com a criação de legislação e tribunais paralelos ao Estado, por exemplo).

Essas mudanças repercutem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Transformam-se os padrões tradicionais e convencionais de delinquência, nuclearizados em torno do crime contra o patrimônio, via de regra motivados por ações individualizadas e de alcance local. Cada vez mais, o crime organizado segundo moldes empresariais e com bases transnacionais vai-se impondo, colonizando e conectando diferentes formas de criminalidade (crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra o sistema financeiro, contra a economia popular). Seus

sintomas mais visíveis compreendem emprego de violência excessiva mediante uso de potentes armas de fogo (daí a função estratégica do contrabando de armas), corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social, desorganização das formas convencionais de controle social. Na mesma direção, agrava-se o cenário das graves violações de direitos humanos.

b) *violência e desigualdade social*. A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer re-

lações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras, na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infra-estrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura. Recente estudo (Cardia e Schiffer, in www.nev.prp.usp.br) sugeriu que, no município de São Paulo, a maior concentração de homicídios estava associada ao congestionamento habitacional, fenômeno característico dos bairros onde habitam preferencialmente trabalhadores urbanos de baixa renda. Tudo isso parece indicar, nesses bairros, maior predisposição para desfechos fatais em conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos.

Além do mais, a desigualdade social e a concentração de riqueza, fenômenos que persistiram ao longo dos anos 90 a despeito do crescimento da riqueza e das profundas mudanças por que vem passando a economia brasileira, coincidem com a crise fiscal, mais propriamente com fortes restrições ao Estado para reduzir a violência por meio do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, à expansão do mercado de trabalho e à garantia de um mínimo de qualidade de vida para o conjunto da população. Se a crise econômica afeta a qualidade de vida de imensas populações urbanas, sobretudo de seus segmentos pauperizados e de baixa renda, a crise afeta também a capacidade do Estado em aplicar as leis e garantir a segurança da população.

c) *crise no sistema de justiça criminal*. Não são poucos os estudos que reconhecem a incapacidade do sistema de justiça criminal - agências policiais, ministério público, tribunais de justiça e sistema penitenciário - em conter o crime e a violência nos marcos do estado democrático de direito. O crime cresceu e mudou de qualidade; porém, o sistema de justiça permaneceu operando como o fazia há três ou quatro décadas. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do estado de impor lei

e ordem. Os sintomas mais visíveis desse cenário são as dificuldades e os desafios enfrentados pelo poder público em suas tarefas constitucionais de deter o monopólio estatal da violência, sintomas representados pela sucessão de motins e rebeliões nas prisões, pela ousadia no resgate de presos, pela existência de áreas das grandes cidades onde prevalecem as regras ditadas, por exemplo, pelo tráfico de drogas em detrimento da aplicação das leis.

A conseqüência mais grave desse processo em cadeia é a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência. Cada vez mais descrentes na intervenção saneadora do poder público, os cidadãos buscam saídas. Aqueles que dispõem de recursos apelam, cada vez mais, para o mercado de segurança privada, um segmento que vem crescendo há, pelo menos, duas décadas. Em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apoia-se perversamente na "proteção" oferecida por traficantes locais ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. Tanto num como noutro caso, seus resultados contribuem ainda mais para enfraquecer a busca de soluções proporcionada pelas leis e pelo funcionamento do sistema de justiça criminal.

Sérgio Adorno

sociólogo e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP

- 1 Meus agradecimentos a Nancy Cardia (NEV/USP) pela colaboração na edição deste texto.
- 2 A ausência de estudos, similares ao realizado por Zaluar para o Rio de Janeiro, impossibilita extrair conclusões fidedignas (Zalvar, in Miceli, 1999).
- 3 A inexistência de dados disponíveis para o período subsequente (1983-1990), não apenas para o Estado de São Paulo, impede uma avaliação do comportamento dessa tendência ao longo das décadas de 1980 e 1990.
- 4 Comparativamente a 1980, essa cifra representa um crescimento de mais de 150% (cf. Wold Almanac, 1993).

Certificado de filantropia deve ser alvo de um controle social

As instituições filantrópicas são entidades da área da Saúde, da Educação e da Assistência Social que, em troca de vantagens tributárias, têm a obrigação de proporcionar benefícios à população. No Brasil, existem 6.775 dessas instituições, que recebem as seguintes isenções fiscais: 22% da folha de pagamento da contribuição previdenciária patronal, Imposto de Renda, contribuição salarial sobre o lucro líquido da empresa, IPVA e IPTU. Na área da Saúde existem 1.158 filantrópicas, sendo a renúncia fiscal, segundo a Previdência Social, de R\$ 1,2 bilhão.

Nos últimos anos, a Saúde Pública no Brasil tem sofrido com a escassez de recursos para prestar um serviço de qualidade à população. Hospitais públicos e postos de saúde sobrevivem com a falta de estrutura, de pessoal e até de medicamentos. É por esse motivo que a concessão de certificados de filantropia deve ser fiscalizada e controlada. Essa função tem sido realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). “O certificado de filantropia é algo para reverter em benefício da população. Não é simplesmente, um meio de as instituições se livrarem dos impostos. Mas é disso que, às vezes, se esquece. O certificado de filantropia deve ter um cunho social”, comenta Janaina Darli Duarte Simão, psicóloga e membro do Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto.

O decreto 2.536, que vigora desde 1998, é a legislação que regulamenta a questão. Para que a instituição mantenha o certificado de filantropia, ela deve reservar ao SUS (Sistema Único de Saúde) 60% de sua capacidade instalada. Por

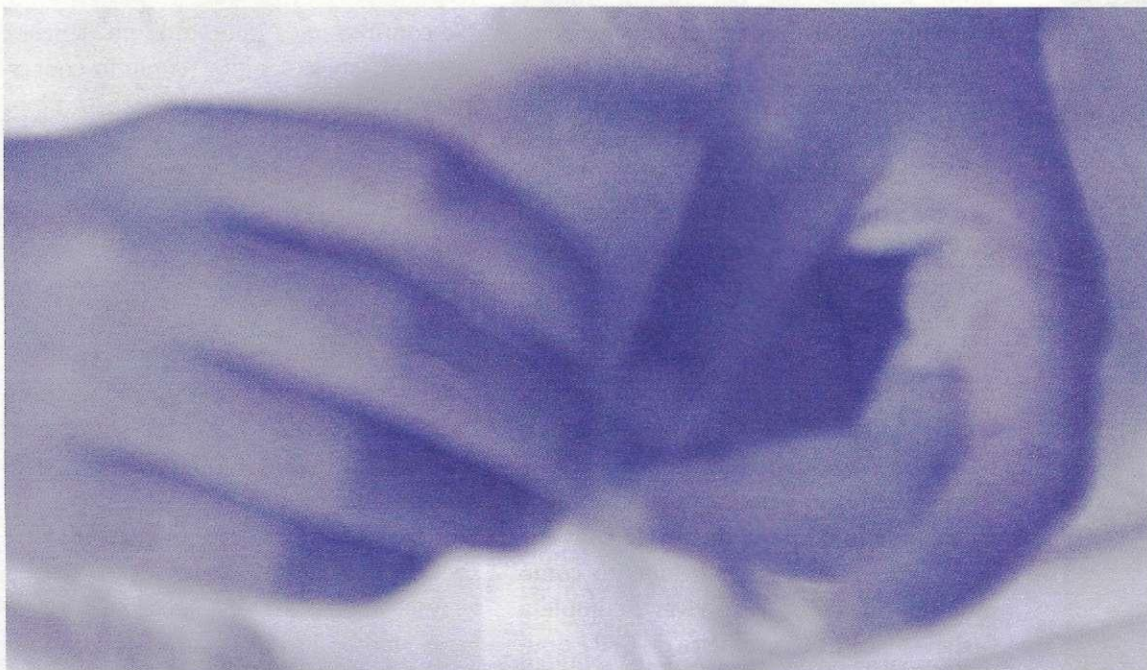
exemplo, um hospital com 100 leitos terá de reservar 60 deles ao SUS; ou seja, se tiver 70 pacientes, somente 10 poderão ser de atendimento privado ou convênios. O decreto anterior (nº 752) - que vigorou entre 1992 e 1998 - tinha outras opções para a instituição conseguir o certificado de filantrópica: destinar 60% de sua capacidade instalada ao SUS; ou oferecer 20% de atendimentos gratuitos sobre o faturamento; ou ainda, a realização de uma negociação direta entre os gestores da entidade e os secretários municipais e estaduais de saúde. “Existe nisso uma questão ética e moral. O certificado de filantropia dá uma isenção de tributos imensa. O Sírio Libanês, por exemplo, só para a Previdência Social, teria de recolher R\$ 11,4 milhões. Esse pessoal, sem o certificado de filantropia, teria de pagar impostos vultuosos, de que eles ficam completamente isentos. A lei só veio normatizar essa situação”, continua Janaina.

O caso do Sírio Libanês, citado acima, é emblemático. Em março deste ano o certificado de instituição filantrópica desse hospital foi cassado, causando a perda da isenção da cota patronal devida à Previdência, que correspondente a 22% de sua folha de pagamento. “Este hospital não estava cumprindo essa meta. Quando se foi fazer esse mapeamento, detectou-se, inclusive, que eles estavam abaixo dos 20%, que é o estabelecido para os hospitais universitários. Pelo menos, nesse caso não se estava cumprindo a lei”, comenta Janaina. Muitas vezes, além de não atingir a meta, algumas instituições usam mecanismos para burlar a lei. “Às vezes acontece uma maquiagem do balanço. Porém, com



o monitoramento dos Conselhos de Assistência Social, seja em nível municipal, nacional seja em nível estadual, é possível perceber isso. É por isso que os Conselhos são de vital importância, pois eles têm a obrigação de avaliar se a instituição deve ter o certificado e também fazer um monitoramento para ver se isso está se cumprindo. Os conselhos precisam ser fortalecidos e referenciados, devendo ser idôneos e paritários”, continua Janaina.

Existe uma nova proposta de lei para substituir a atual legislação. O teor desse novo decreto prevê que as filantrópicas da área da Saúde possam optar entre oferecer 60% de sua capacidade aos SUS e negociar parcerias com as secretarias municipais e estaduais de Saúde. Nesse caso, retribuiriam as isenções com serviços diretos à comunidade local. “Essa descentralização tem prós e contras. Talvez, a entidade sendo da sua cidade, será possível acompanhar melhor a situação. Mas, nunca podemos esquecer de que, em nosso país, tudo pode ser usado politicamente. Por um lado, os conselhos podem acompanhar e negociar mais de perto; por outro, se isso não for bem utilizado, acaba não revertendo para a população”, arremata Janaina. ●



Rumos para uma “circulação



As estatísticas são alarmantes: as vítimas fatais no trânsito ocupam atualmente o segundo lugar entre as mortes por causas externas. Um levantamento realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de SP mostra que, em 1999, as 33.695 mortes por fatores externos foram divididas da seguinte maneira: 15.722 homicídios; 7.311 acidentes de trânsito; 1.540 suicídios.

O problema é grave e de âmbito nacional. O Depto. de Polícia Rodoviária Federal, DPRF, divulgou que, em 2000, morreram 6.543 pessoas nas rodovias federais, em um total de 110.387 acidentes. Outro dado impressionante: dos leitos destinados à traumatologia nos hospitais do país, 63% são ocupados por acidentados no trânsito.

Essa situação de guerra civil, vivenciada atualmente no trânsito das grandes metrópoles brasileiras, é apenas o reflexo das políticas que valorizam o modelo automotor de locomoção. “O trânsito é apenas uma das soluções que a humanidade construiu para a necessidade de fazer circular as pessoas. Quando pegamos esse problema apenas do ponto de vista do trânsito, excluimos a hipótese de termos circulação por outros meios de transporte que não os automotores. Por exemplo, quando se fala em ciclovias, imediatamente se pensa em lazer. Não podemos pensar a circulação humana a partir do automóvel, do metrô ou do avião; temos de pensá-la a partir dos seres humanos. E aí sim vamos produzir uma visão humanizada para compreender a circulação. Senão, sempre teremos uma compreensão industrializada e comercializada das necessidades da circulação humana”, argumenta o psicólogo Marcos Ferreira, prof. da Universidade Federal de Santa Catarina.

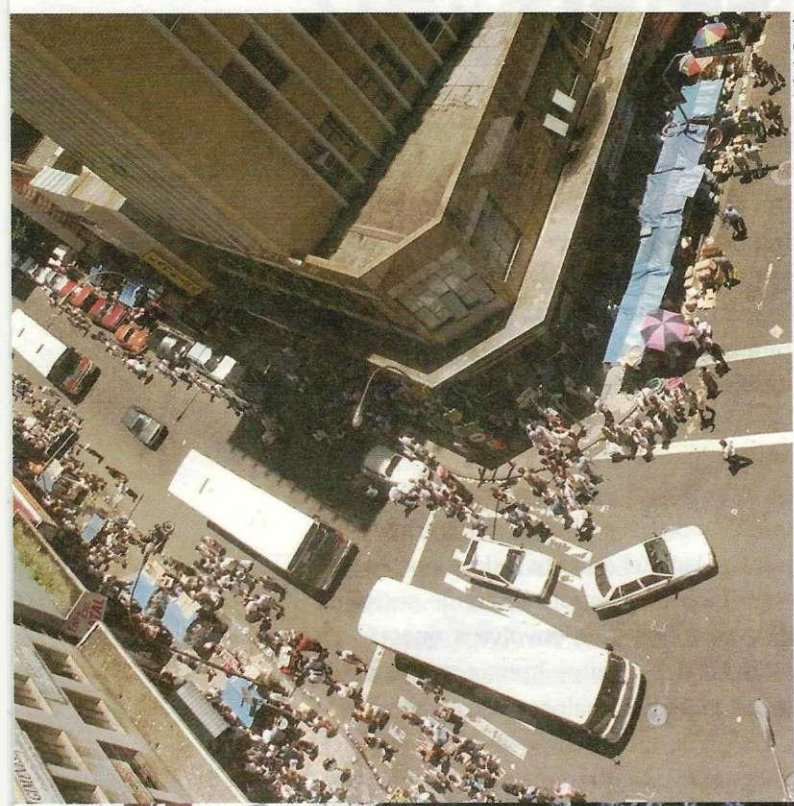
Vale destacar que a culpa pela violência no trânsito não é apenas do condutor. Essa é uma visão simplista que negligencia os vetores sociais e ambientais que, evidentemente, fazem parte do contexto. “Temos ‘n’ fatores interagindo, para que o foco de atenção fique somente no condutor. É preciso que paremos de tratar o condutor como o vilão responsável pela violência do trânsito. Acidente de trânsito é, antes de tudo, um problema de cidadania”, alerta o psicólogo Ricardo Moretzsohn, membro titular da Câmara Temática de Saúde do Denatran e conselheiro do CFP. “A subjetividade humana, também manifesta no ir e vir, não pode ser reduzida à unidade do comportamento. O que acontece, por exemplo, na relação do homem com a lei? Qual o real espaço de construção de cidadania de que a sociedade brasileira pode usufruir? Pensar em mobilidade também é pensar em cidadania e na dignidade humana diante de suas necessidades reais de deslocamento como uma dos meios para se viver”, completa Gislene Macedo, conselheira do CFP e doutoranda em Psicologia do Trânsito na USP.

Os números comprovam a ineficácia dessa política que apenas infla um sistema de circulação elitista e antidemocrático. Segundo dados da Secretaria de Transportes do Município de São Paulo, em 1977 existiam 120 automóveis para cada mil habitantes, sendo a relação da quantidade de viagens para cada habitante de 1,5. Em 1997, esses números eram, respectivamente, de 187 e 1,2. Nota-se que, nesses 20 anos, houve um aumento de 56% no número de carros e uma diminuição de 25% na capacidade de locomoção. Os investimentos públicos reforçam a valorização dos automóveis. A controversa e suspeita construção do Túnel Airton Senna, na capital paulista, é um paradigma disso. Os custos dessa obra, levada a cabo na gestão Maluf (92/95) e alvo de intensas investigações, chegaram a R\$ 2 bilhões. O Centro de Engenharia e Tráfego (CET) calcula que uma média de 35 mil carros circulem por dia nesse trecho, ou seja, aproximadamente 60 mil pessoas. Atualmente, a cidade de São Paulo conta com 49,2 km de linhas de Metrô, cuja capacidade de transporte é de 2,5 milhões por dia. Com as verbas gastas no Túnel, seria possível aumentar essa rede em 7,5 km (segundo a assessoria de imprensa do Metrô, o custo de um quilometro de linha é de US\$ 120 mil).

Percebe-se claramente que as soluções para o aumento do fluxo e para a humanização da circulação nas grandes cidades estão muito além do aumento dos espaços para os carros passarem. É por isso que a Psicologia - tradicionalmente vinculada à aplicação de testes psicológicos para a obtenção da carteira de habilitação - tem proposto uma nova abordagem para a questão, buscando novos caminhos que ampliem sua atuação nessa área, na qual tem muito a fazer. “O fenômeno trânsito reflete o tempo todo a diversidade do espaço urbano e dos conflitos gerados por sua própria sistemática. É importante que ele possa receber, de nossa parte, uma leitura mais bem ajustada do ponto de vista técnico, científico, crítico e principalmente político”, afirma Ricardo Moretzsohn. “Se continuarmos intervindo na ciência e nas profissões, sempre tentando consertar o que está dando errado, estaremos presos a um problema que foi instalado. Portanto, retomar a idéia da circulação humana é dizer para olharmos para o problema principal e não apenas para o que é emergente. O papel do psicólogo não é facilitar a vida de quem quer vender veículos e asfalto, ou ainda, de quem quer justificar as mortes na sociedade como ela se encontra hoje. A Psicologia precisa ser capaz de desnudar o grilhão que está posto pelo jeito atual de realizar a circulação humana. Além disso, precisamos ajudar a sociedade a desenhar um futuro para a circulação humana que seja viável”, continua Marcos Ferreira.

O trânsito acontece prioritariamente

humana” menos caótica



Agência Estado



Foto acervo pessoal Gislene Macedo



Agência Estado



Foto acervo pessoal Gislene Macedo

no espaço público, ou seja, vinculado às questões do coletivo e do social. “O carro é um patrimônio do indivíduo, mas quando se entra nele, transita-se pelo espaço público, que é de todos e de cada um. Como se dá essa relação? Há aí algo que pertence à dimensão do subjetivo, exposto ao espaço público, onde as subjetividades aparecem. Circulação humana é um conceito que engloba toda essa relação”, declara Gislene Macedo. Nesse sentido, “o trânsito não deve nem pode mais ser pensado, restritivamente, pela ótica da segurança pública, mas sim como uma política que contemple a mobilidade e a acessibilidade em seus diversos aspectos, principalmente, em relação à saúde, à educação e ao lazer. Parece não haver interesse por parte do Governo em formular políticas públicas que situem a questão de forma mais abrangente. Assim sendo, temos de pensar em dispositivos que exerçam

um controle democrático dessa área, nos moldes, por exemplo, dos conselhos de controle social, como ocorre na saúde, na assistência social e na educação”, completa Ricardo Moretzsohn.

Essa nova abordagem para a circulação humana deve ser enriquecida por meio da multidisciplinaridade. “É fundamental que a Psicologia produza estudos e reflexões sobre a circulação humana, fazendo uma interlocução com outras áreas do conhecimento, tais como, a arquitetura, o planejamento urbano, a engenharia e a sociologia. Isso indica que o psicólogo deve ter uma formação comprometida com o estudo das cidades, com a educação e a saúde pública, com o convívio humano, com a questão da diversidade e da diferença. É importante a Psicologia visitar outras áreas do conhecimento, tomando emprestadas suas contribuições, articulando-as com seus conceitos”, arremata Ricardo Moretzsohn. ●

Histórico

Seminário ampliou o debate

Essa visão ampliada da atuação da Psicologia na área do trânsito orientou o Seminário “**Psicologia, Circulação Humana e Subjetividade**”, ocorrido nos dias 23 e 24 de novembro de 2001, no auditório da Fundação Getúlio Vargas. “Fizemos esse seminário para levantar essas discussões. A importância do encontro foi levar aos psicólogos e outros profissionais da área as possibilidades de intervenção da Psicologia no Trânsito. Temos clareza de que precisamos discutir mais, apurando um olhar crítico sobre isso e possibilitando a formulação de novas possibilidades de intervenção da Psicologia”, acrescenta Ricardo Moretzsohn. O seminário, porém, não se encerrou em si mesmo; representa apenas um ponto de partida e indica a necessidade da ampliação do segmento para além dos limites puramente técnicos.

O Seminário foi mais uma etapa de um debate que vem sendo promovido pelos Conselhos de Psicologia desde o 1º Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito, realizado em Brasília, em novembro de 1999. Este, por sua vez, decorreu do veto pelo Presidente da República a artigos referentes à avaliação psicológica, no Código Nacional de Trânsito, em 1977 (em particular, o veto à obrigatoriedade da avaliação psicológica aos candidatos à carteira de habilitação). Esse veto gerou reações dentro da Psicologia e muitos profissionais

que atuavam na área recorreram ao CFP. Na época, a posição do CFP e dos CRPs foi de reconhecer que se trata de uma área com muitos problemas e que os profissionais necessitavam estar mais qualificados.

Contudo, não se podia aceitar que o Poder Executivo vetasse um instrumento legítimo da Psicologia, considerando-o ineficaz e desnecessário. Após ampla negociação no Congresso Nacional, a obrigatoriedade da avaliação psicológica foi mantida, mas somente no caso da primeira habilitação. Atualmente, os Conselhos caminham no sentido de continuar a qualificar o debate e ampliar a atuação da Psicologia na área, reconhecendo as inúmeras possibilidades de intervenções na “circulação humana”.

Frota de automóveis

Município de SP	5.040.973 veículos
Interior de SP	7.328.590 veículos
Total em SP	12.300.000 veículos
Brasil	28.200.000 veículos

Vítimas de acidentes fatais

Pedestres	51%
Ocupantes de veículos	31%
Motociclistas	15%
Ciclistas	3%



Humilhação social e etnia são alvos de campanha do CFP

Durante o último Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 2002, foi lançada, pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, a campanha "Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer". "O tema desta campanha nasceu de um consenso construído na última reunião nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselho, que decidiram que durante todo este ano seria desenvolvida uma campanha que toma a questão étnica como um desafio e que discute a questão da discriminação racial", comenta Marcus Vinícius, membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP. A escolha desse tema segue a metodologia iniciada com as campanhas "Manicômio judiciário: o pior do pior" e "Para as nossas crianças, nem Prisão, nem Caixão". "Hoje, há um consenso reafirmado, inclusive na última APAF, que a política de intervenção na questão dos Direitos Humanos é estratégica para a Psicologia", continua.

A constatação de que a Psicologia brasileira tem dispensado pouca atenção sobre a temática da diversidade étnica foi um dos motivos para a realização da campanha. "No trabalho do psicólogo Ricardo Franklin Ferreira faz-se um levantamento com quase 5 mil artigos, de periódicos e teses da Psicologia brasileira; encontram-se apenas 11 que tratam de alguma forma de preconceito racial e de elementos vinculados à questão étnica afro-brasileira. Por essa perspectiva bibliométrica, que é uma perspectiva justa para analisar a presença de um tipo de conhecimento no debate intelectual, Franklin nos mostra que a Psicologia brasileira não tem tratado do tema. Percebemos que, dentre os três troncos principais que construíram a nossa nacionalidade, os troncos africano e indígena permanecem praticamente virgens, do ponto de vista de exploração e investigação por parte dos psicólogos", alerta Marcus Vinícius.

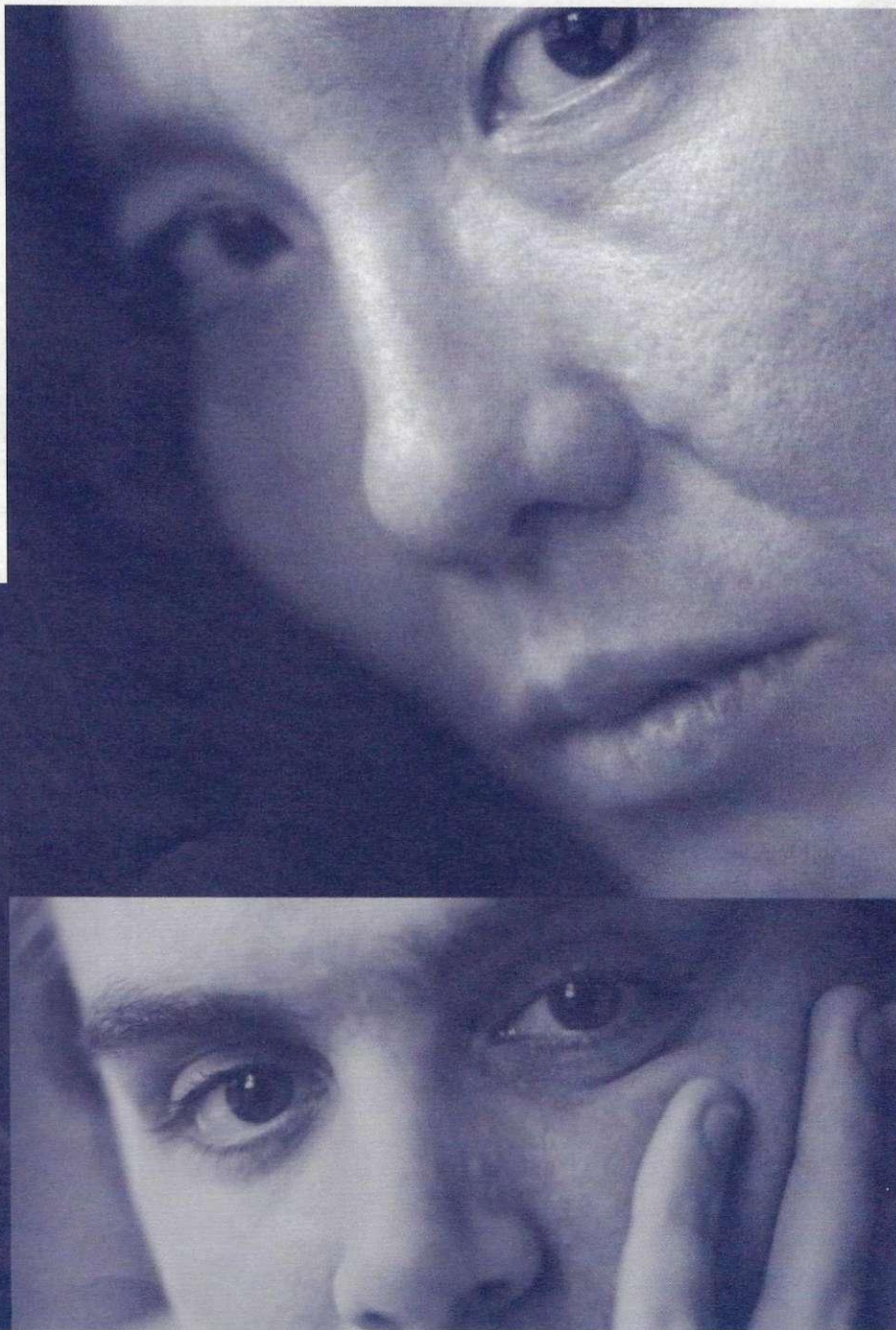
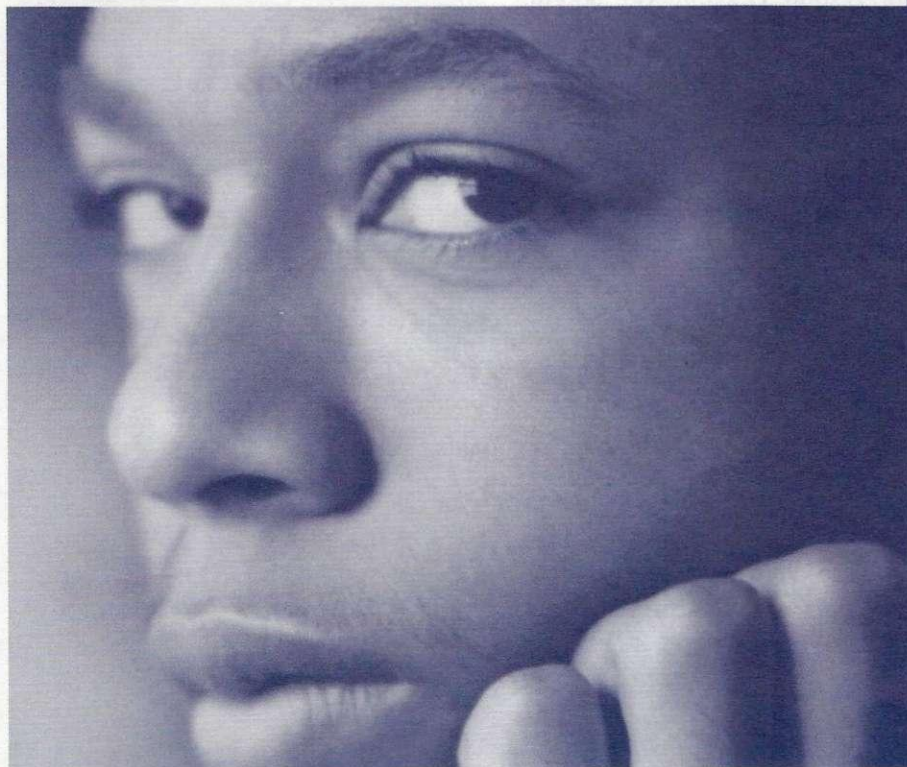
Essa deficiência na abordagem do tema racismo não pode ser considerada uma prerrogativa da Psicologia. "Ocultar o tema do racismo e não reconhecê-lo faz parte da estratégia de discriminação racial brasileira. Nos moldes brasileiros, a discriminação racial se estrutura a partir do não reconhecimento do problema - dizem que isso o faz mais perverso. Nós temos, fruto de uma ideologia social, o mito da democracia racial. Esse mito afirma a igualdade e a importância de todas as raças, mas mantém a situação de discriminação racial. Podemos dizer que a Psicologia brasileira, de certa forma, se revela cúmplice desse mito", analisa.

Essa omissão acarreta prejuízos para os indivíduos que sofrem a discriminação social e para a própria Psicologia. "O primeiro problema é que, a Psicologia, não reconhecendo o problema da discriminação racial, deixa de colaborar para esclarecer uma experiência social extremamente relevante, que é a humilhação social. Existe um desenvolvimento do sujeito negro na sociedade que é marcado por uma experiência sistemática de discriminação e de ofensa à sua característica étnica, que gera uma série de questões identificadoras, nas quais esse sujeito não pode, com tranquilidade e com conforto, reconhecer a si próprio. Ele tem de reconhecer a si próprio como algo negativo e desvalorizado. Além disso, a Psicologia não tem contribuído para conhecer mais a própria construção subjetiva da negritude e não contribui para evitar, ou para diminuir, os efeitos nefastos que é a discriminação", alerta Marcus Vinícius.

A Psicologia pode ser também um instrumento que ajude a sociedade na superação da discrimina-

ção racial. "O preconceito racial aprisiona energias sociais muito importantes. Temos um aprisionamento de forças emocionais importantes nos sujeitos que são discriminados e nos sujeitos que discriminam. Essas forças poderiam ser colocadas em uma sinergia - brancos e negros, transcendendo a questão ética - rumo à construção de uma sociedade mais igualitária", sugere Marcus Vinícius.

A realização da campanha tem diversas finalidades e objetivos. "O primeiro é, por um lado, chamar os psicólogos a refletirem sobre a responsabilidade social de sua disciplina, que envolve a questão da violação dos direitos humanos. Por outro lado, queremos dialogar com a sociedade a partir de uma perspectiva da subjetividade. Nós não queremos fazer uma campanha de direitos humanos contra o racismo apenas pela questão política; queremos trabalhar em uma perspectiva própria, da Psicologia. É por isso que, em nosso tema da discriminação racial, está incluída a questão da humilhação social. É preciso que fique claro que as pessoas não podem ser submetidas a sofrimentos desnecessários", arremata Marcus Vinícius.





A polêmica sobre as cotas para afrodescendentes

A política de ações afirmativas, que visam diminuir as desigualdades sociais e possibilitar uma maior integração das minorias étnicas, tem causado discordâncias entre diversos setores da sociedade. Entre essas políticas, está a distribuição de cotas em universidades e repartições públicas para afrodescendentes. “A questão das cotas não pode ser vista como uma questão de princípios. Eu sou a favor das cotas e talvez não fosse a favor de políticas compensatórias em outras áreas. Sou favorável por se tratar da educação, uma área que efetivamente é a principal moeda que pode impulsionar a intensificação de um desenvolvimento social de determinado grupo da sociedade”, analisa Marcus Vinícius.

Edna Roland, psicóloga social e presidente da organização Fala Preta!, em entrevista concedida ao “Jornal PSI”, à época da publicação do relatório da 3ª Conferência da ONU Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, do qual ela foi relatora, defendeu que “com relação ao Brasil, não tenho a menor dúvida de que ações afirmativas deverão se constituir em uma das principais formas de combate às desigualdades sociais existentes. É preciso que todos os setores da sociedade apoiem decisivamente esse conceito, que pode significar a criação de reservas ou vagas específicas em universidades ou no mercado de trabalho. A universidade pública é que deveria sair na frente; mas, lamentavelmente, vemos o MEC representando o baluarte da resistência a essas idéias de ações afirmativas”, declarou.

Alguns reitores e ex-reitores das principais universidades do país têm-se declarado contrários à adoção das cotas em universidades. “Reservar vagas para uma classe social ou étnica discrimina as demais e reservar vagas para alunos oriundos de escolas públicas discrimina os das escolas particulares e confessionais; reservar vagas para afrodescendentes discrimina brancos, ciganos, índios, mamelucos, cafuzos, asiáticos, judeus, árabes e assim

por diante. Além disso, ofende os afrodescendentes, considerando-os incapazes de entrar em cursos superiores sem favorecimentos”, escreveu José Carlos Azevedo, ex-reitor da UnB, em artigo publicado no “O Estado de São Paulo”, em 08 de setembro de 2001. Em seu discurso de posse, em dezembro de 2001, Adolpho José Melfi, reitor da USP, disse: “Se porventura, a USP decidisse diminuir suas exigências, abrir suas portas de maneira indiscriminada ou recorrer a subterfúgios como o estabelecimento de cotas ou se visse na obrigação disso, a sociedade não ganharia nada e perderia muito”.

“Somos todos juntos numa miscigenação
e não podemos fugir da nossa etnia
índios, brancos, negros e mestiços
nada de errado em seus princípios
O seu e o meu são iguais
corre nas veias sem parar
costumes, é folclore, é tradição
capoeira que rasga o chão
samba que sai da favela acabada
é hip hop na minha embolada
é o povo na arte
é arte no povo
e não o povo na arte
de quem faz arte com o povo
maracatu psicodélico
capoeira da pesada
birimbau elétrico
frevo, samba e cores
cores unidas e alegria
nada errado em nossa etnia”

Etnia, Chico Science e Nação Zumbi - 1996

Percebe-se, portanto, que esse é um assunto polêmico e atual, reafirmando que a abordagem do tema “Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer” é muito pertinente ao momento histórico vivenciado no país. ●

Divisão da população brasileira pela cor

Branco 90.647.461 (53,8%)

Pretos 10.402.450 (6,2%)

Pardos 66.016.783 (36,1%)

Amarelos 866.972 (0,5%)

Indígenas 701.462 (0,4%)

Fonte Censo 2000/ IBGE

A Psicologia unida por uma América Latina menos desigual

A truculência utilizada pelos países desenvolvidos para impor a globalização ao terceiro mundo tem encontrado grande reação por parte da sociedade civil. O "Fórum Social Mundial", realizado em Porto Alegre por dois anos consecutivos, é um emblema dessa resistência. Mas quais os motivos para que tantas vozes se levantem contra um processo que parece irreversível? O fato é que, para os países ricos, são destinados os bons frutos desse sistema, enquanto, para os mais pobres – entre os quais se encontra toda a América Latina –, a única globalização que existe é a da miséria. "A América Latina tem uma realidade de desigualdade social e de miséria muito semelhante. Temos os mesmos problemas, uma história parecida e estamos igualmente sob o jugo americano e europeu. Dessa forma, os desafios também são muito semelhantes e nada melhor que nos aglutinarmos com aqueles que têm os mesmos problemas para tentar desenvolver uma Psicologia adequada para responder a essas demandas específicas", comenta Ana Mercês Bahia Bock, presidente do CRP SP.

O desenvolvimento da Psicologia passa pelo enfrentamento desses desafios. A atuação dos Conselhos de Psicologia, garantindo que o exercício profissional seja ético e com qualidade, tem contribuído sobremaneira para isso. Esse desenvolvimento exige, em primeiro lugar, uma união de forças dentro do Brasil. Essa união está bem encaminhada com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Um outro fator primordial é a união com entidades de Psicologia de toda América Latina, para que se busquem soluções para os problemas comuns a toda a região.

Esse congruamento entre os psicólogos latino-americanos conta com um histórico iniciado em 1994. "Nessa época, já havia uma iniciativa do CFP de aproximação com entidades de Psicologia do Mercosul. Quando assumi a presidência do CFP, em 1997, fomos convidados a participar de um evento no Uruguai. A partir daí, fomos nos apropriando dessa história e trabalhamos com afinco nessa articulação com o Mercosul", relembra Ana Bock. A partir de 1997, discutimos e assinamos "protocolos de intenção" – de ética, de formação e do exercício profissional – que permitiram um avanço significativo em nossas relações e nesse projeto de união. "A partir daí, tivemos oportunidade de pensar no futuro dessa articulação. O Mercosul entrou em crise e começamos a defender a idéia de que não deveríamos nos limitar ao Mercosul, ampliando a articulação para toda a América Latina", continua Ana Bock. Alguns países se

"Soy loco por ti, América
Soy loco por ti de amores
Sorriso de quase nuvem
Os rios, canções, o medo
O corpo cheio de estrelas
O corpo cheio de estrelas
Como se chama a amante
Desse país sem nome,
esse tango, esse rancho,
esse povo, dizai-me, arde
O fogo de conhecê-la
O fogo de conhecê-la
Soy loco por ti, América
Soy loco por ti de amores"

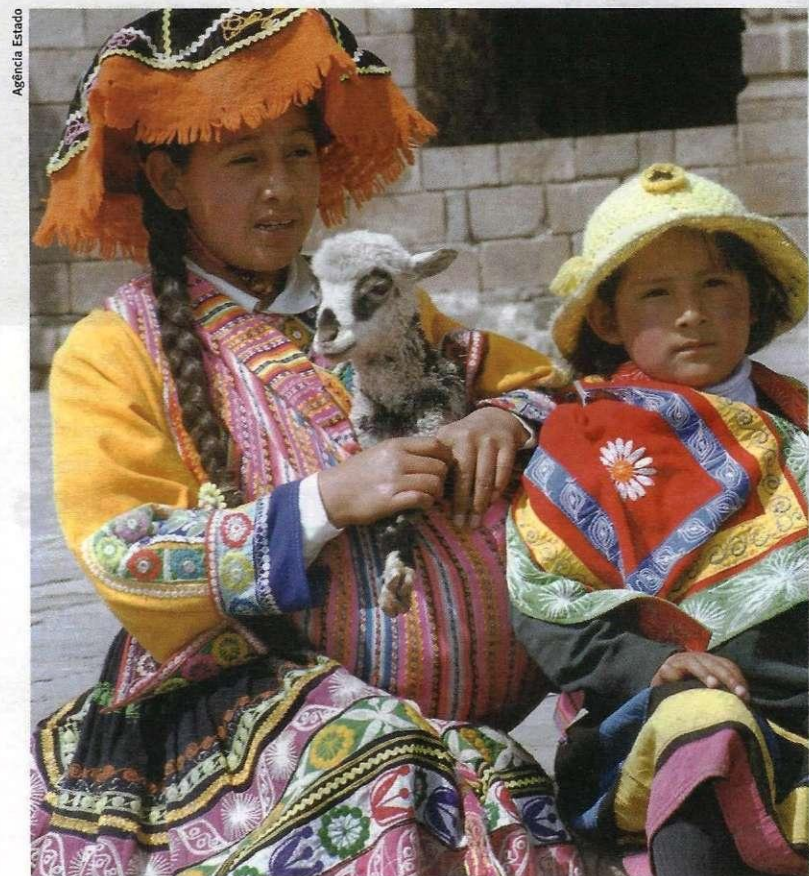
Soy loco por ti, América

Capinan e Giberto Gil – 1967

alinham imediatamente à idéia, entre eles Brasil, Uruguai e Chile; outros, como Paraguai, Argentina e Bolívia, mostraram-se mais resistentes. "Até hoje, buscamos algumas saídas para essas questões. Decidimos que seria interessante não desmanchar a articulação do Mercosul, mas sim incluí-la em uma articulação maior com toda a América Latina", relembra Ana Bock.

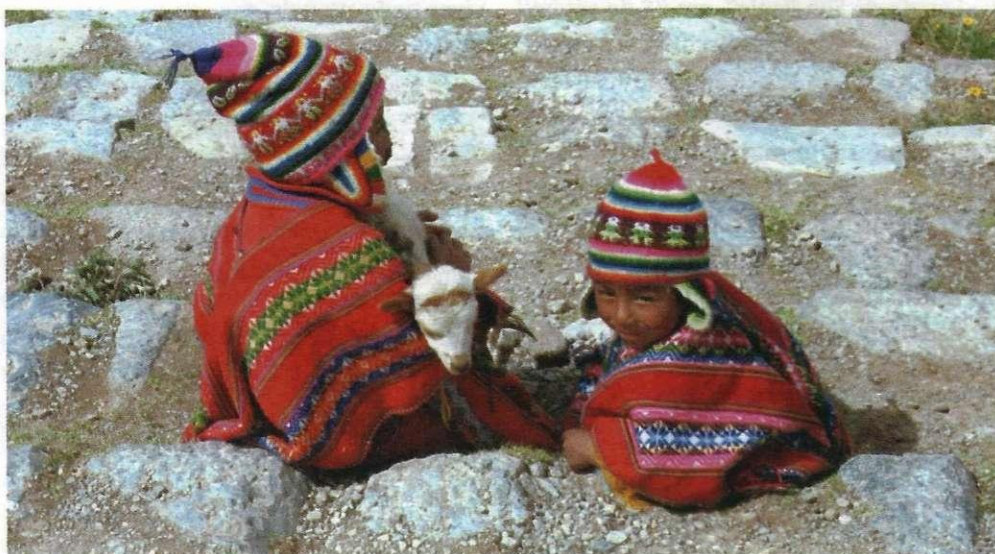
O ponto alto desse movimento foi a organização, pelo CFP, no ano de 2000, do "Ciclo de Seminários – Diálogos com a Psicologia Latino-americana", um projeto que objetiva a incrementação do intercâmbio científico e profissional entre psicólogos latino-americanos. A grande identificação entre a Psicologia brasileira e a mexicana levou ao convite para que o México fosse o primeiro dos parceiros desse ciclo. Pesquisadores, professores e psicólogos mexicanos foram convidados para apresentar palestras em São Paulo e em outras nove cidades brasileiras. A iniciativa do CFP foi apoiada por todos os CRPs e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia. A avaliação feita pelos Conselhos de Psicologia e pelos professores mexicanos que aqui estiveram foi muito positiva, levando à continuidade do seminário.

Nesse ano, entre os dias 04 e 15 de março, a Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia deu continuidade ao projeto, por meio do "Ciclo de Seminários México-Brasil", no qual professores brasileiros foram convi-



dados a visitar o México. Entre eles estavam Mitsuko Antunes, profa. da Faculdade de Educação da PUC-SP; Ana Mercês Bahia Bock, presidente do CRP SP e profa. de Psicologia Social da PUC-SP; Leôncio Camino, prof. de Psicologia Social da UFPB; Oswaldo Hajime Yamamoto, prof. do Departamento de Psicologia da UFRN; Marcus Vinícius de Oliveira Silva, prof. do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, e Maria Lúcia Seidl de Moura, profa. do Instituto de Psicologia da UERJ. A visita incluiu 18 cidades e 44 instituições se uniram para promover o evento. "Fomos recebidos com enorme gentileza e a organização do evento era perfeita. Estivemos em universidades e em instituições de pesquisa, onde pudemos conversar sobre a Psicologia, falar sobre nossos projetos e expor nosso pensamento. Foi muito interessante perceber que a Psicologia é um conhecimento que pode contribuir para a transformação da realidade do 3º mundo", exulta Ana Bock.

Sem dúvida, todos esses esforços se direcionam para o fortalecimento da ULAPSI – União Latino-americana de Entidades de Psicologia, que será fundada durante o "II Encontro Latino-americano de Alternativas em Psicologia", que ocorrerá entre os dias 20 e 23 de novembro, na cidade de Puebla, México. As primeiras articulações para essa fundação deverão ocorrer durante o I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Odair Furtado, presidente do CFP, destaca a importância dessa nova associação: "A Psicologia latino-americana sempre esteve vinculada à Psicologia americana ou a européia. Este vínculo teve, e tem, a forma de tutela, não sendo um caminho de mão dupla. Precisamos fazer frente a esta forma de colonização acadêmica e a melhor maneira é a nossa organização. Fundamental em tempo de formação da ALCA (Tratado de Livre Comércio das Américas), que pode dificultar ainda mais as formas de intercâmbio comercial, cultural e acadêmico". ●



Congresso é o maior evento da Psicologia brasileira

Os números do I Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência e Profissão - que se realizará entre os dias 1 e 5 de setembro de 2002, na Cidade Universitária, em São Paulo-, além de refletirem a ampla aceitação da categoria, tornam o evento o maior já realizado pela Psicologia brasileira. O congresso alcançou a marca de 7.000 inscritos, sendo propostos 2.551 painéis e 437 mesas-redondas/simpósios*. A expectativa é que o número total de participantes atinja 8 mil. "O Ciência e Profissão representa a ampliação - a todos os psicólogos, professores e estudantes de

Psicologia - da experiência de troca, de convivência, de parceria, de diálogo que nós, enquanto dirigentes de entidades, temos por meio do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. O evento é, também, uma recuperação histórica do diálogo da ciência com a profissão, que caminhou, na história da Psicologia no Brasil, de forma paralela. Esse fato tem empobrecido a ciência, porque ela deixa de se enriquecer com a realidade, que é tão marcante na profissão; e tem empobrecido a profissão, que deixa de se enriquecer com a postura investigativa e de inquietação da ciência. Esse congresso pretende ser um momento de louvor a essa inquietação", declara Ana Bock, presidente do CRP SP e uma das coordenadoras do evento.

Há algum tempo, a possibilidade da realização de um evento com esse significado vinha sendo discutida. "Nós, que ocupamos cargos em entidades de Psicologia, não nos dedicaríamos tanto se não acreditássemos ser possível interferir no futuro da Psicologia. Porém, pela grande quantidade de instituições, existe a necessidade de uma articulação que possibilite traçar qual o futuro que queremos. Nessa discussão, a vontade de fazer acontecer um espaço único de debate da Psicologia mostrou-se muito forte", continua Ana Bock. O surgimento do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira possibilitou o amadurecimento dessa idéia. "Seria muito difícil organizar um Congresso como esse há dez anos. Em parte pela de-

sorganização da Psicologia no Brasil; em parte porque não havia muito diálogo e muitas vezes ocorriam conflitos. Quando foi criado, o Fórum começou a mudar essa situação. Houve um amadurecimento das instituições e das entidades que conseguiram se organizar e começaram a falar em nome da Psicologia. Além disso, existe uma demanda e uma pressão social muito grande

sobre a Psicologia, pedindo soluções e intervenções em face das enormes dificuldades que estamos atravessando. Uma Psicologia cujas entidades representativas se encontram organizadas e unidas tem muito mais condições de dar essas respostas à sociedade", analisa Cláudio Hutz, prof. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos coordenadores do evento.

O momento chegou e a Psicologia está pronta para realizar o evento. "Há uma efervescência em todo o país, em função desse Congresso, que será muito grande e representativo de toda a Psicologia brasileira. O momento é adequado, pois o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira assumiu o evento e temos um grande número de sociedades científicas participando da sua organização", continua Cláudio Hutz, fazendo referência às 15 entidades que compõem o Fórum de Entidades. Vale destacar que o "Ciência e Profissão" não será apenas o maior congresso da Psicologia, mas também o mais completo, em termos da inclusão de visões e áreas que existem na Psicologia. "Todas as áreas estarão contempladas e será uma grande oportunidade para as pessoas poderem ver toda a diversidade que nós temos na Psicologia e tudo o que os psicólogos estão fazendo", arremata Hutz.

* Propostas sujeitas a avaliação

Veja abaixo a relação das 15 entidades que estão realizando o evento:

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABOP - Associação Brasileira de Orientadores Profissionais
ABPJ - Associação Brasileira de Psicologia Jurídica
ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CONEP - Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia
FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos
IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica
SBPD - Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
SBPH - Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar
SBPOT - Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
SBPP - Sociedade Brasileira de Psicologia Política
SBRo - Sociedade Brasileira de Rorschach

Participe!

Psicólogo, participe do encontro toda Psicologia brasileira. Estar no Congresso é construir a história da Psicologia no Brasil. Não deixe de participar você também. Maiores informações no www.pol.org.br; no www.apsi.org.br ou no fone 0800 770-6605

“A Instituição Sinistra – Mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil”

Estar diante de uma situação de violação de direitos humanos é sempre um momento de indignação e sofrimento. Ver descortinar uma história de violações, de assassinatos, realizados em nome do “cuidado” institucional, em nome de um suposto saber, desvelando uma longa história que ainda não teve seu fim, fortalece a certeza de que é preciso transformar a indignação em mobilização, em resposta coletiva, em propulsora de mudança!! Este é o impacto causado pela leitura do Livro editado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2001: “A Instituição Sinistra - Mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil”, que faz uma coletânea de relatos de mortes recentes de internos em hospitais psiquiátricos.

Sabemos ser grande e desconhecida a lista completa daqueles que perderam suas vidas ou o sentido delas em hospitais psiquiátricos. Assim, como diz Marcus Vinícius de Oliveira Silva na apresentação do livro: “Retirar esse pequeno grupo do anonimato, dar-lhes nome, rosto e história, é uma forma de evidenciar que as vítimas dos hospitais psiquiátricos são homens e mulheres frágeis e simples, que morrem inutilmente quando se encontram tutelados, imobilizados, privados de liberdade e de qualquer chance de defesa, diante de um poder que nem sempre compreendem, mas que, muitas vezes, eles próprios imaginam que está sendo exercido para o seu próprio bem.”

O livro relata-nos a história e o fim de Davi da Silva Pereira, 42 anos, carbonizado na Clínica Izabela, em Goiânia, em 08 de agosto de 1999; de Damião Ximenes Lopes, 30 anos, por consequência de espancamento na Casa de Repouso Guararapes, em Sobral, em 04 de outubro de 1999; de Lourdes Maria Viveiros Inácio, 47 anos, após ser submetida a eletroconvulsoterapia, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em 14 de abril de 1995; de João Gomes Pereira, 42 anos, desaparecido em 16 de novembro de 1992, do Centro Comunitário São Marcos, em Mauá; de Maria de Fátima Santos Domingues, 41 anos, depois de sofrer queimaduras no Hospital Psiquiátrico Casa de Saúde Nossa Senhora do Caminho, em São Paulo, em 24 de março de 2001, e de Adailton dos Santos Arruda, de 23 anos, por asfixia, no Hospital Juliano Moreira em Salvador, em

25 de novembro de 1997, além do estudo das inúmeras mortes ocorridas no Hospital Psiquiátrico São Pedro, no Rio Grande do Sul, de janeiro a junho de 2001.

Em cada capítulo, uma história de vida, de esperança, de sonhos, de sofrimento, contadas por trabalhadores, por familiares, por pessoas que buscaram resgatar o itinerário da vida e da morte em cada situação apresentada. Os capítulos são muito heterogêneos com relação ao grau de informação coletada, o que pode ser determinado pelo grau de acesso aos dados necessários e pelo estilo de cada autor. Em alguns, conseguimos caminhar pela história de vida da pessoa; em outros, somos remetidos mais diretamente aos fatos ocorridos dentro dos manicômios.

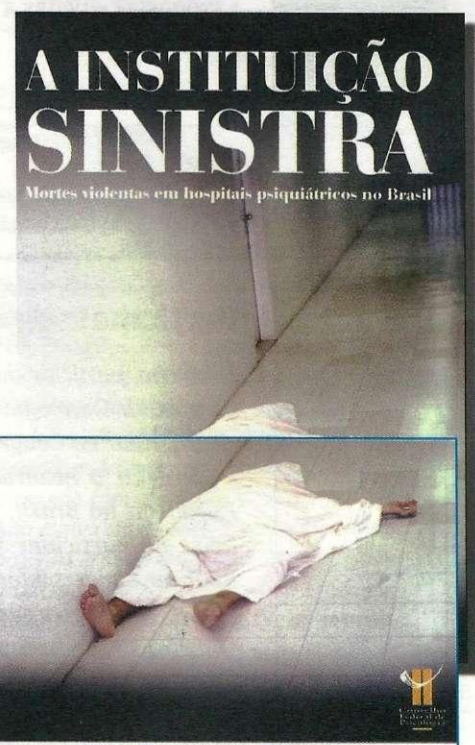
Em todos eles nos deparamos com relatos sérios, contundentes, que transparecem indignação, envolvimento do autor com uma atitude de mudança da situação relatada. Essa é outra característica importante desta obra: ela não tem apenas um conjunto de autores, cujos nomes podemos conhecer em cada capítulo, mas estes representam sempre outros muitos reunidos em Fóruns, em Organizações Não-governamentais, em espaços de militância por uma transformação profunda da forma de se construir uma outra possibilidade de acolhimento do sofrimento psíquico grave, “acreditando poder derivar numa nova capilaridade de envolvimento de homens e mulheres ávidos por restituírem a ética e despertarem a criação de amor drummondiana capaz de reativar a vida em toda a sua dimensão dialética de finitude e amplitude”, como disse Isabel Cristina Lopes, psicóloga sanitária, autora de dois capítulos.

Assim, de um lado, o livro deixa-nos indignados e alertas, pois as mortes que relata, terríveis na sua singularidade, representam muitas e muitas outras, conhecidas e anônimas, que, quem sabe enquanto o lemos, acontecem ainda nos hospitais psiquiátricos deste nosso Brasil do século 21. Por outro lado deixa-nos com mais esperanças e responsabilizados quando nos deparamos com a certeza de que seus autores também representam muitos e muitos outros que, conhecidos ou anônimos, lutam por esse mesmo Brasil afora por um mundo mais fraterno, mais solidário, onde o saber e o cuidado estejam a serviço da construção de uma vida mais digna, mais feliz, mais plena para todos.

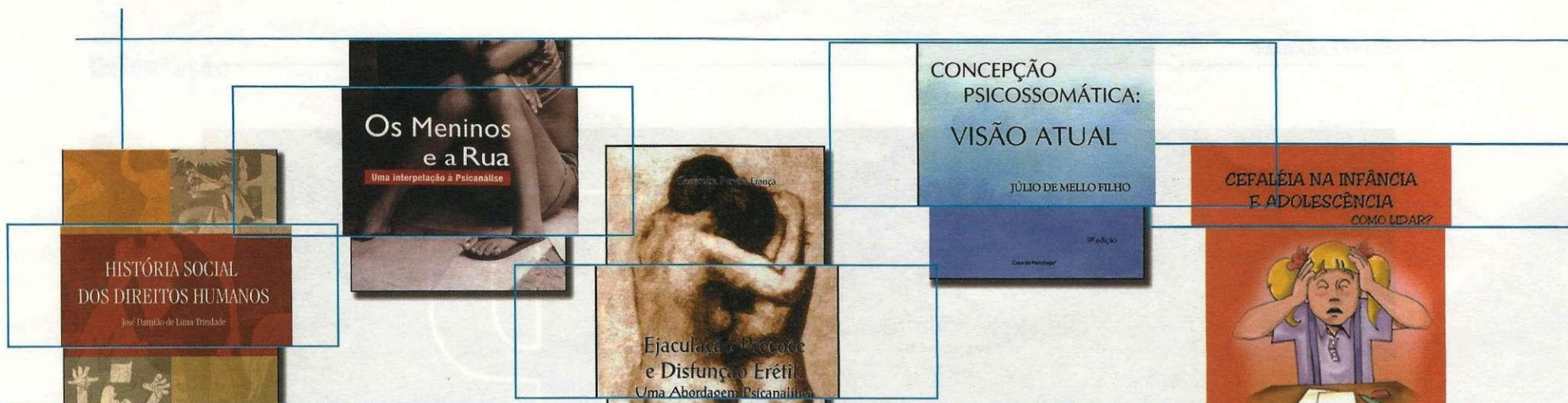
Cabe ao leitor, enquanto o lê, ir tomando posição, ir definindo ou consolidando sua responsabilidade pela transformação deste cenário difícil, mas passível de grandes mudanças. Com certeza, ninguém deve ser o mesmo após a leitura de “A Instituição Sinistra”!!!! Valeu Conselho Federal de Psicologia!!

Lumêna Almeida Castro Furtado

psicóloga, mestre em Saúde Pública pela USP/SP, representante do CRP SP no Fórum da Luta Antimanicomial.
e-mail: lfurtado@prefeitura.sp.gov.br



Publicação atualmente esgotada.
Uma nova edição será publicada
em breve.



Estante

Os Meninos e a Rua: uma interpelação à Psicanálise

De Tânia Ferreira. Vencedor do Prêmio Jabuti 2002 na categoria Educação e Psicologia, o livro baseia-se na psicanálise para discutir os efeitos da trajetória das crianças que, vindas de lares caóticos, sofrendo todo tipo de transgressão dos pais, sem possibilidade de acesso aos bens da sociedade e da cultura, encontraram nas ruas a saída para poder existir. Editora Autêntica, 0800 283-1322, R\$ 21,00.

Cefaléia na Infância e Adolescência. Como Lidar?

De Abram Topczewski. A obra tem um destino específico: o não especialista e o leigo. A leitura traduz a preocupação do autor em transmitir conceitos práticos decorrentes de uma vivência íntima com o tema. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 12,00.

Do Sonho ao Trauma: Psicossoma e Adições

De Decio Gurfinkel. O autor aborda alguns desenvolvimentos da teoria e da clínica psicanalíticas; por um lado, temos as transformações de uma teorização que, partindo do sonho, se viu conduzida ao problema do trauma que interrompe a função onírica, sendo os pensamentos de Freud e Winnicott tomados como referências principais; por outro lado, algumas formas psicopatológicas não clássicas evidenciam os transtornos psicossomáticos e as adições. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 35,00.

Ejaculação Precoce e Disfunção Erétil

De Cassandra Pereira França. Este texto tem sua origem nos impasses transferenciais que se interpõem no tratamento psicanalítico de pacientes com ejaculação precoce. A pergunta essencial deste livro é: Na constituição psíquica de um homem, que obstáculos o impedem de amar? Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 32,00.

Concepção Psicossomática: Visão Atual

De Júlio de Mello Filho. O livro é uma síntese da Doutrina Psicossomática, um dos pilares da revolução das idéias médicas e das práticas de saúde que se processam nos nossos dias. A obra tem enorme utilidade na medicina como também para todos os profissionais da Saúde, como dentistas, psicólogos, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas etc. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, R\$ 31,00.

Meio Ambiente, Direito e Cidadania

Organizado por Arlindo Philippi Jr., Alaôr Caffê Alves, Marcelo de Andrade Roméro e Gilda Collet Bruna. A obra é uma realização conjunta da Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Núcleo de Informações em Saúde Ambiental, da Universidade de São Paulo. O livro aborda a inter-relação necessária existente entre os três temas, enfatizando a revolução ambiental que vem se enraizando no modo de pensar e agir da sociedade, influenciando suas culturas e mudando paradigmas. O livro é dividido em capítulos, com os seguintes temas: o meio ambiente urbano e a proteção ambiental; diversidade biológica, engenharia genética e biossegurança; mudanças climáticas; unidades de conservação e florestas; cooperação técnica e financeira, bancos e meio ambiente. Editora Signus, (11) 3814-6899, R\$ 45,00.

O Carvalho e o Pinheiro – Freud e o estilo romântico

De Ines Loureiro. A tese de doutorado da autora mantém o rigor e a complexidade do pensamento freudiano, articulando-o ao estilo romântico. Tomando uma comparação entre o freudismo e o romantismo alemão, o texto explora a tensão que enfatiza as diferenças e os pontos comuns. A leitura surpreende também pela clareza da discussão teórico-conceitual da psicanálise, dispensando que o

leitor conheça mais do que o necessário para se envolver no cenário que inclui Freud e o estilo romântico. Editora Escuta, (11) 3672-8345, R\$ 36,00.

Clínica da Melancolia

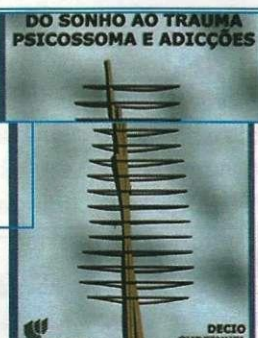
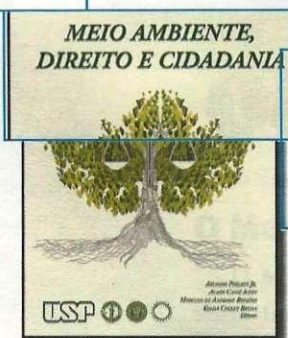
De Ana Cleide Guedes Moreira. O livro é resultado de uma pesquisa científica realizada no Laboratório de Psicopatologia Fundamental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Utilizando o método clínico, analisa um caso de paciente com AIDS e, a partir daí, específica a noção de melancolia, distinguindo-a da depressão, e examina as funestas conseqüências da redução da auto-estima para a saúde física e mental. Editora Escuta, (11) 3672-8345, R\$ 19,00.

A paixão silenciosa

De Maria Helena de Barros e Silva. A obra é composta por diversas narrativas sobre paixões amorosas, baseadas em impossibilidades, insaciabilidade e enganos. Essas relações vorazes e possessivas acarretam problemas psíquicos, fechamento ao mundo, ao desejo e ao prazer. Editora Escuta, (11) 3672-8345, R\$ 12,00.

História Social dos Direitos Humanos

De José Damiano de Lima Trindade. O livro compõe um quadro amplo e bem documentado da evolução, das mudanças de significado e dos desdobramentos práticos dos direitos humanos nos últimos duzentos anos. A obra propõe-se a descobrir como, e por quais motivos (reais ou dissimulados), as diversas forças sociais interferiram em cada momento no sentido de impulsionar, retardar ou, de algum modo, modificar o desenvolvimento e a efetividade prática dos direitos humanos na sociedade. Editora Petrópolis, (11) 3816-0699, R\$ 28,00.







**EVOLUA NO
MERCADO DE
TRABALHO.
SEM TRAUMAS.**

PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL. A diferença entre ser bom e ser melhor.

Lato sensu

- Família

Extensão em

- * Atendimento domiciliar: uma alternativa de trabalho na área de saúde

Matrículas abertas a partir de 10/06

Informe-se sobre cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Extensão e Atualização em outras áreas.



UNICSUL
universidade cruzeiro do sul

CAMPUS SÃO MIGUEL
Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225
08060-070 São Paulo SP

CAMPUS ANÁLIA FRANCO
Av. Regente Feijó, 1295
03342-000 São Paulo SP

Informações: 6956-2979 e 6137-6734

www.unicsul.br

pos@unicsul.br

Abuso e dependência de drogas



Extensão

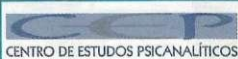
Cursos de Especialização
Mestrado
Doutorado

UDED (Unidade de Dependência de Drogas) –
Depto. Psicobiologia
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Informações: tel. (011) 5539-0155, r. 220
e-mail: valeria@psicobio.epm.br
homepage: www.unifesp.br

Curso de Hipnose

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo

Destinado a: Psicólogos, Médicos e Dentistas
Duração: 22 meses – 356hs
Início: 05 de agosto de 2002
Fone: (11) 5584-8573 / 578-8695
E-mail: miltonerickson@selfpsicologia.com.br
Site: www.hipnoterapia.com.br



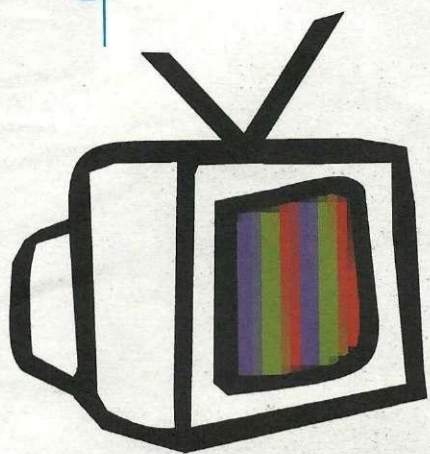
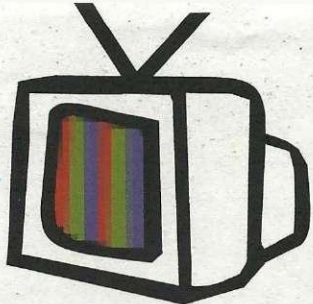
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS **Inscrições Abertas**

Curso de Formação em Psicanálise

Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni
Início: agosto de 2002 / Duração: 6 semestres
Horário: 5ª feira: das 18h às 21h
Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 – Pacaembu / SP
www.centropsicanalise.com.br/ cep@centropsicanalise.com.br

visite
nosso
site

www.crpssp.org.br



Diversidade: a Psicologia na TV

O programa Diversidade – uma parceria entre o CRP SP e a TV PUC – continua com sua programação, abordando os temas “A Habitação e suas Implicações Subjetivas” e “Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer” (veja matéria sobre o assunto, na página 12), que estreiam, respectivamente, em 04 de julho e 01 de agosto. Os programas são exibidos pelo Canal Universitário (canal 15 das redes a cabo Net e TVA). Participe mandando perguntas para o e-mail diversidade@crpsp.org.br ou para o fax (11) 3061-9494. Veja abaixo a grade completa da programação:

Data	Tema	Horário
04 07	“A Habitação e suas Implicações Subjetivas” (estréia)	22h00
05 07	reprise	08h30
06 07	reprise	17h30
07 07	reprise	13h00
10 07	reprise	13h00
18 07	reprise	08h30
28 07	reprise	22h00
01 08	“Preconceito Racial Humilha: Humilhação Social faz Sofrer” (estréia)	22h00
02 08	reprise	08h30
03 08	reprise	17h30
04 08	reprise	13h00
07 08	reprise	13h00
15 08	reprise	08h30
25 08	reprise	22h00
01 09	reprise	22h00

Utilização da Acupuntura pelo psicólogo é regulamentada

A Apaf (Assembléia de Políticas, Administrativas e Financeiras) decidiu, em sua última reunião, reconhecer o uso da Acupuntura como recurso complementar no trabalho do profissional da Psicologia. Perante a decisão, o CFP emitiu, em 24 de maio, a resolução nº 005/2002, que dispõe sobre a prática da acupuntura pelo psicólogo. O documento alerta que para recorrer à prática, dentro do seu campo de atuação, o psicólogo deverá comprovar a formação em curso específico de acupuntura e uma capacitação adequada. Além disso, devem ser observados os padrões éticos da profissão e a garantia da segurança da pessoa atendida. A íntegra da resolução poderá ser acessada nos sites www.pol.org.br e www.crpsp.org.br.

Ações políticas são definidas na última reunião da Apaf

Na última reunião da Apaf, no dia 18 de maio, algumas linhas de atuação para o Sistema Conselho foram adotadas. Entre elas está a formação de um Grupo de Trabalho Nacional para discutir a participação do Sistema Conselho no 3º Fórum Social Mundial. A coordenação dessa mobilização ficará a cargo do CFP, que contará com a colaboração dos CRPs 04, 06, 07, 08 e 09.

“Fique Legal! Fique Em Dia Com a Psicologia”

Psicólogo, mantenha seu endereço e sua anuidade sempre em dia. Lembre que é exigência legal o pagamento da anuidade.

A Psicologia no 4º Coned

A Psicologia teve uma participação atuante no 4º Congresso Nacional de Educação, realizado entre os dias 23 e 26 de abril, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo. O CRP SP contou com 22 representantes, além de coordenar duas mesas e dois grupos de trabalho no eixo “Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação”. Uma das mesas contou com a participação da psicóloga Maria de Lourdes Trassi Teixeira, que discutiu a situação de crianças e adolescentes em situação de risco. “O nosso objetivo era fortalecer o Coned, ou seja, fortalecer a idéia de um ensino público gratuito e de qualidade. Entendemos que não era o espaço de discutirmos questões específicas da Psicologia, mas de nos situarmos como educadores e, nessa posição, fortalecer as bandeiras gerais do Coned. Nosso apoio foi visto como importante pela organização do evento”, comenta Wanda Maria Junqueira, vice-presidente do CRP SP e representante institucional do Conselho no evento.

Fique em contato com o Conselho

O CRP SP quer estar em constante comunicação com o psicólogo. Para que isso ocorra, é necessário que o profissional registrado no Conselho mantenha seus dados cadastrais sempre atualizados. O recebimento de nossos informativos e publicações dependem dessa atualização. No site do CRP SP (www.crpsp.org.br), na entrada **atendimento**, o psicólogo irá encontrar um formulário para ser enviado ao nosso setor de atendimento. Os dados necessários são: nome, endereços comercial e residencial, telefones comercial e residencial, telefone celular e e-mail.

Agenda

Julho

- [05] **Videoclube CRP SP – O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo “Modernidade: reflexões sobre a violência”**
Filme “A Fera da Guerra”(De Kevin Reynolds/EUA/1998). Debatedores: Mário Fuks, psicanalista, prof. do curso de Psicanálise e coord. do curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea do Instituto Sedes Sapientiae; Maria Helena Vilas Boas Concone, antropóloga e profa. de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais e Gerontologia da PUC-SP. Horário: 19h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal: 317
- [19] **Videoclube CRP SP – O cinema pela ótica da Psicologia. Ciclo “Modernidade: reflexões sobre a violência”**
Filme “Amores Brutos”(De Alejandro González-Iñárritu/MEX/2001). Debatedores: Odair Furtado, psicólogo, prof. do departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e presidente do

Conselho Federal de Psicologia; Luis André do Prado, jornalista. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP. Informações: (11) 3061-9494, ramal 317

[21 a 27] III Congresso Iberoamericano de Psicologia

Organização: ABA Colômbia. Local: Bogotá, Colômbia. Informações: informacion@abacolombia.org ou www.abacolombia.org.co

Setembro

- [05 a 08] **VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**
Organização: Universidade Católica de Pernambuco. Local: Recife Palace Hotel. Informações: (81) 3465-8594 / 3466-5551 / 3466-4723
e-mail: cejem@elogica.com.br ou cejem@ig.com.br

[21] Simpósio de Psicologia Hospitalar da Santa Casa de São Paulo

Organização: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – Serviço de Psicologia Hospitalar. Local: Hotel Eldorado Higienópolis, Rua Marquês de Itu, 836, São Paulo. Horário: das 8h00 às 18h00. Informações e inscrições: (11) 5626-0040 ou 5524-6788, ramal 102

Outubro

- [10 a 13] **VI Congresso Brasileiro de Psicologia Hospitalar**
Organização: Centro de Psicoterapia Existencial. Local: Hotel Ca’Doro, São Paulo, SP. Informações: (11) 3258-7489 / 3256-7422
e-mail: psicoexistencial@terra.com.br

Atenção:

Auditório do CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP
Informações: (11) 3061-9494 | e-mail: info@crpsp.org.br | site: www.crpsp.org.br